

Entrevistas

Entrevista a Miguel do Movimento Plataforma 65

Entrevistador: Podemos começar a nossa entrevista pelo início da Plataforma 65:

Miguel: começou principalmente na periferia de Lisboa e esse conjunto de movimentos começou a mobilizar, não só as comissões de moradores dos bairros, mas também outras associações que já estavam constituídas, que defendiam causas que não eram exactamente da Habitação. Alguns exemplos, porque a Plataforma não muda todos os dias, mas muda muito, porque as entidades entram, saem, aumenta, diminui, porque não é uma associação em si, é uma meta associação, uma rede, que se desenvolve conforme os desafios que se colocam, na altura algumas das associações que juntaram no momento inicial, não tinham a ver directamente com a Habitação, mas com a Imigração, como o SOS Racismo, a Solidariedade Imigrante, na altura a Ordem dos Arquitectos interessou-se, porque a questão da Habitação ainda estava por pensar, na altura a Arquitecta Helena Roseta era presidente da Ordem. Isto nasceu um bocadinho de uma reflexão, de que era mais simples que todos os interessados trabalhassem em rede e tivessem um objectivo em comum. O SOS Racismo não trabalha a Habitação, mas eles tratam com um problema grave que é a discriminação no acesso à habitação. A Solidariedade Imigrante, o trabalho deles é essencialmente sobre imigração em Portugal, não só especificamente habitação, mas é um problema que eles sentem na pele porque dentro do enquadramento das questões laborais, etc, e muitas vezes esse enquadramento em termos urbanos, significa uma certa Guetização, porque não existe um enquadramento social, as pessoas juntam-se, este é um processo bastante conhecido.

E: Em termos de valor da variável Habitação, acha que os movimentos incorporaram este tema espontaneamente, tal como tratavam outros temas clássicos, ou houve uma adequação às necessidades expressas pelos moradores?

Miguel: acho que o processo não foi assim. A questão é quando se juntaram todas elas percebeu-se que todas tinham um ponto em comum, é como achar o mínimo múltiplo comum num conjunto de vários problemas. E percebeu-se que a Habitação era um dos direitos fundamentais, que estava consagrada na Constituição mas não tinha nenhum enquadramento legal significativo, não havia uma questão de defesa assumida, por exemplo em relação à Saúde ou Educação, existe uma Lei de Base, de reflexão sobre o

assunto, existe uma massa crítica que pensa, existe um conjunto de associações que defendem esse direito. Não é que as situações estejam bem, mas estão mais resguardadas com o direito. Foi nessa altura que, quando se fez essa reflexão inicial, que a única coisa que existia era um artigo da Constituição, daí denominou-se a Plataforma de Artigo 65, que é o artigo da Constituição que consagra esse direito. Portanto foi um processo um bocadinho inverso, isto já nasceu como uma rede, e à medida que a rede foi evoluindo, juntaram-se pessoas e saíram pessoas, portanto é um movimento muito dinâmico. Temos várias iniciativas que promovemos mas põe-se sempre a questão da emergência, quando entra uma escavadora no Bairro Y, e isto é uma coisa que defendemos, que nos faz alguma confusão, é qual é a necessidade de desalojar pessoas quando não se acautelou a situação de realojamento, porque normalmente a questão da habitação é sempre pensada na questão das casas, e não das pessoas. Uma câmara municipal muitas vezes está resolvida quando se dá a demolição de barracas, porque o problema está resolvido, mas a família... a família não ficou lá dentro, ficou do lado de fora. O que é que acontece à família, os agregados familiares são retirados da equação, só pensam na casa. Se a casa tem boas condições ou não tem boas condições, se tem salubridade ou não tem, se tem arranja-se, se não faz-se a demolição, e o agregado familiar no meio desta equação, nunca é tomado. E nós começámos a trabalhar com as pessoas nesse caso. E trabalhamos com algumas Comissões de Moradores, algumas constituíram-se neste próprio processo, havia bairros que não tinham associação de moradores, porque até aí não sentiam necessidade, quando os seus direitos fundamentais começaram a ser atropelados, é obvio que se auto organizaram. Isto não é um processo normal, (...)

Algumas das nossas actividades passam por alguma reflexão científica, e fizemos um levantamento sobre política habitacional, e fomos buscar tudo o que influenciava a esfera e percebemos que toda esta legislação estava dispersa, encontramos muitos buracos, percebemos que os mecanismos foram criados por si, dispersos, havia um problema, mas não havia uma estratégia global, porque o artigo é genérico, é um garante constitucional, que dizem que todas as acções do Estado devem ser dirigidas ao movimento da habitação, e uma das coisas que saiu da Manifestação de Fevereiro de 2006, foi uma petição pelo Direito à Habitação. Essa petição pedia à Assembleia da República que legislasse, à semelhança de outras áreas como a saúde, criasse uma Lei de Bases da Habitação. Juntámos legislação e uma análise da legislação congénere que existe em Espanha, França, Grã Bretanha e África do Sul, que julgamos que são

ferramentas e que podem ser usadas. Na África do Sul, há um garante constitucional que impede que as pessoas sejam desalojadas sem ter uma alternativa. Isto é, muitas vezes assistimos a isto, as pessoas são desalojadas, situações em que a casa é demolida, a pessoa desalojada e só três meses depois é que arranjam uma solução, qual foi a necessidade neste espaço, que esta família seja desenquadrada, e a casa poderia permanecer até que fosse feita de forma definitiva. Parece uma questão simples, a legislação da Catalunha é sem dúvida mais completa, com algumas das dimensões que nós defendemos, que o problema da habitação está ligado à especulação imobiliária, ao problema dos solos, muitas vezes há uma falta de transparência, porque o mercado da habitação em Portugal e em muitos países é um mercado bolsista, não é um preço real, não é um preço dos cereais, não tem a ver com a procura, com a oferta, com a quantidade do produto, com o preço real, não é um mercado bolsista, existe uma especulação, e nós neste momento estamos num momento de queda. A bolha imobiliária de que falam, é muito semelhante ao que acontece na bolsa de valores, que é termos um conjunto de acções sobrevalorizadas face ao seu valor real (...)

Defendemos que os instrumentos criados não tenham uma escala unicamente nacional mas devem ser enquadradas aos diferentes níveis, diversidade de soluções e soluções aproximadas do local, nos locais de habitação, que é um dos eixos.

E: E as particularidades de Lisboa?

M: Pela escala e por ser intermunicipal, que é uma questão que se levanta também no Porto, em Lisboa... não podemos falar no concelho de Lisboa, porque o que existe é a grande área metropolitana, e em Lisboa perde-se população, mas noutras zonas ganha-se, se aqui o problema dos devolutos cresce, noutros sítios é construção nova que cresce, se se diz que não existem barracas em Lisboa, mas existem ao longo de toda a sua fronteira administrativa, ali junto às vias de acesso, 50 metros para lá já existem, Lisboa é maior que o concelho, é uma relação, o conceito de Lisboa, é uma relação entre municípios, que estão aqui nesta área, portanto esse problema tem uma escala muito diferente. Por exemplo em Lisboa existem praticamente 70 mil fogos devolutos, existe um problema com os números, os INE tem uns números, a CML tem outros, por isso pelo menos 60.000 existem. Por isso nós queríamos esta questão tratada de uma forma séria, nós sabemos que existem situações destas noutros sítios, mas só uma fatia desta área serviria para resolver os problemas de habitacionais nesta área, não é preciso usar tudo. O que nós defendemos é uma certa inovação, neste campo da Habitação.

Uma das coisas que defendemos é a passagem de uma Política de Habitacional Social para uma Política Social de Habitação, a ideia de que não é a construção de novos Bairros de Habitação Social que vai resolver o problema, mas sim o acesso à Habitação, e no fundo vamos voltar aos agregados familiares, a que as pessoas possam pagar, possam ter acesso e ser compatível com os seus rendimentos. Arrendamento e venda também. Porque a verdade é assim, e agora vamos ser práticos, e a própria legislação a defenda, mas não cumprida, sempre que existe uma reabilitação, em que entra uma fatia de dinheiro estatal, esse é dinheiro dos contribuintes. Se a seguir esse edifício vai servir para especulação imobiliária, é dinheiro dos contribuintes que está a contribuir para a especulação que eles vão pagar” O que nós defendemos é que se aquele edifício recebeu dinheiros públicos não pode servir para a especulação fundiária, portanto tem de ter uma renda condicionada, tem de ter um preço de venda condicionado. Há aqui que diferir entre o mercado livre e o mercado social da habitação, sempre que a mão do Estado regulamenta, dá esse enquadramento, não pode ser utilizado por ele mesmo para fazer especulação, que tem muitas vezes esta tentação. O Estado e as Autarquias, eles próprios são motores de especulação, portanto não regulamentam o mercado, fazem o contrário.” (...) As próprias câmaras contribuem, ao fazerem uma operação de licenciamento, de recuperação urbanística, por exemplo está aqui um edifício em mau estado, o proprietário, faz um pedido de licenciamento à câmara, automaticamente o prédio que valia 5.000 vale 50.000, porque já tem um projecto aprovado pela câmara. O que a câmara fez? Emitiu um papel-moeda, especulou.”

Sobre 1993 e a Presidência Aberta e o PER.

Miguel: O PER, inicialmente pensado para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, era um instrumento que servia para resolver, parte desse contexto que disse, parte do contexto também de algumas organizações que já existiam na altura, uma das interessantes é na Quinta da Serra em Loures em que há uma mobilização, já nessa altura em 92 já começam a ser demolidas barracas e as pessoas fazem uma vigília com o apoio da igreja na altura, começa uma reivindicação da própria associação de moradores, não é só a Presidência que leva, é uma conjugação de interesses. O que se passa com o PER pretendeu resolver a questão, no fundo fez um instrumento estático, fez-se o recenseamento das famílias em 93 e 95 e disse “estas são as famílias, estes são os realojamentos, esta é a solução do problema”. O que se passa é que passaram 15 anos e o PER não está concluído. Só uma percentagem do PER está cumprido. Só eu em 15

anos as pessoas nascem, morrem, entram, saem, muda. Os agregados mudam, divorciam-se, casam-se, e como é que esta situação se resolve, como é que se constrói um instrumento que para ser estático, tinha de ter uma solução estática, não tinha e ao final de uma década, o instrumento estava esfrangalhado. Não era possível, a verdade é que houve essa compreensão, mas ao mesmo tempo a questão bloqueou, as próprias câmaras municipais, que estão como intermediário entre o Estado e a solução da resolução do Problema, foi a quem foi colocado o ónus de resolver o problema, e eles usaram alguns dos fundos para resolver o problema, mas depois com o endividamento das autarquias ficaram ali com um problema para resolver e não quiseram mais investir em Habitação. Segunda questão, usou-se o próprio PER para se escusar porque hoje em dia, as autarquias dizem o seguinte: “Ah, mas aqueles agregados são não PER e portanto não têm direito”. Todos têm direito à habitação sejam PER ou não PER. Houve bairros que fizeram essa reflexão e disseram ou há solução para todos, ou não é só para os PER. Os PER juntaram-se aos outros e disseram que a solução era para o Bairro. A separação entre PER e não PER ajuda a dividir o bairro e um bairro dividido é um bairro perdido. Qual é a estratégia? Agrupam-se PER e não PER, vão-se tirando os PER um a um até que só ficam não PER e nesse dia faz-se a demolição do Bairro. Mas as pessoas têm direito a uma habitação condigna, têm direito a uma habitação compatível com os seus rendimentos. E porque são passadas a escavadora? Nós perguntamos isso... Porque é que algumas pessoas têm direito a realojamento e as outras não têm, porque é que houve um recenseamento algures em 1993, há 15 anos, não faz sentido. Isto logicamente a analisarmos a frio não faz sentido nenhum. Obviamente que as intenções do PER eram boas, e as intenções do PROHABITA, que o vai substituir também são boas, mas se sofrer do mesmo mal vai sofrer do mesmo problema, por isso estamos a semear um problema. O PROHABITA tem de ser mais flexível do que o PER foi. Porque no Bairro da Liberdade o que se passou como noutros sítios, fez-se esse levantamento, fez-se essa análise estático e partir daí vamos resolver. Porque é que a construção dessas vias que forçaram um processo de realojamento, porque é que a construção dessa via, não trazia a solução do problema? Nós temos uma série de problemas que vêm em breve, se na altura a construção da ponte 25 de Abril levou algumas das barracas de onde assentava o tabuleiro, e o TGV que aí vem? Que bairros é que vai limpar? E as vias de acesso para o novo Aeroporto, que bairros é que vão limpar? Porque o elo mais fraco nestas coisas é sempre este, o elo mais fácil de dividir, porque se tentarem fazer isto numa zona de urbanização consolidada as pessoas as

peças não aceitam quando tentaram por um viaduto ali na Avenida Estados Unidos da América, com a Gago Coutinho, as pessoas reuniram-se e disseram que não. E o viaduto não está lá. E o esforço da Plataforma é tentar que estas pessoas, que estão numa posição complicada, e sensível, elas próprias se auto organizam e juntam-se à Plataforma no sentido de fazer uma espécie de muralha contra esta situação porque são o elo mais fraco. Dentro destes bairros infelizmente, há todo o tipo de situações, familiares, classes sociais, proveniências, tudo. Porque o problema é cada vez mais variado. Económicos, Sociais, tudo, porque hoje em dia o estigma do Bairro é cada vez mais variado. O próprio problema económico que Portugal atravessa faz com que a Habitação seja um factor de risco onde as pessoas perdem muitas vezes o seu poder económico. A tal lenda que era mais barato a compra era mais barato que o aluguer, que se fez nos últimos anos, que a construção nova era melhor do que a reabilitação, todas essas ideias pré concebidas que não são verdadeiras, e que no fundo alimentaram o negócio da construção civil nos últimos anos, fizeram com que a população em geral em Portugal é mais frágil em relação a esta questão. A habitação hoje é uma cruz e não um direito, portanto está invertido. As barracas não diminuíram, os Bairros Sociais não diminuíram, esse é um problema crescente, o número de famílias em má condição de habitabilidade cresce não diminui, as pessoas estão cada vez mais num problema de carência habitacional, e um problema financeiro crescente, logo esta situação se não for travada tem tendência em aumentar, nós começamos a ver a situação cada vez mais heterogénea. Neste bairros, e não estamos a falar de bairros de barracas, bairros degradados, que depois as pessoas mobilizam-se e movem-se na cidade conforme as suas próprias necessidades, se num sítio não têm capacidade, movem-se para um mais barato, onde a rede social é mais complicada, onde deixam de ter acesso os automóveis, onde deixam de ter acesso a transportes, e as pessoas movem-se para situações cada vez mais frágeis habitacionais.

Entrevista a Orlando, Membro da Assembleia de Freguesia e Proprietário no Bairro.

E: Conte-me então como começou a sua relação com o bairro, dizia-me que o seu pai foi dos primeiros moradores.

O: O meu pai nasceu em 1914 e veio para aqui com três, quatro anos, vindos das Beiras. Os primeiros ocupantes desta zona nem vieram para aqui (zona junto ao aqueduto), habitaram aqui numa pedreira, aqui na Serra de Monsanto, esses é que foram os primeiros habitantes. Primeiro era uma pedreira, depois deixaram de explorar a Pedreira, e nos orifícios dessa pedreiras, essas pessoas que vieram das Beiras e do interior do país, acabaram por ocupar essas grutas, essas cavernas. Ainda lá estão, agora bastante acessíveis, por acaso, agora é uma área de lazer, onde os jovens podem fazer rappel e por aí a fora...

E: O seu avô veio para Lisboa e veio trabalhar em..

O: Ao princípio a trabalhar como picheleiro, mas depois e principalmente ao comércio. Tinha uma taberna mercearia, na altura já havia um bocado de shopping, precisa-me aqui na Rua de S. Jacob, aqui a meio...Havia aqui algumas hortas, que a pouco e pouco foram eliminadas face à necessidade de construção. Este bairro começou totalmente por ser um bairro de Barracas, todo de madeira e a pouco e pouco as coisas se foram transformando clandestinamente, porque muito poucas casas aqui são legais, legais na sua construção, não têm licença de habitação. È como lhe digo, tenho aqui muita família e eu próprio sou dono de algum terreno que está aí. O meu avô começou por comprar uma boa parcela de terreno e depois à sua morte os filhos herdaram, à morte dos meus pais herdei eu,

E: Nas origens conhecidas do Bairro, é referida a venda dos terrenos pelo conhecido Carlos da Parteira.

O: De facto ele foi o pioneiro, o primeiro e primeiro construtor, já tinha lido e ouvido sobre isso. Infelizmente não tive grandes conversas com o meu pai sobre isso, era jovem e não me interessava pelo passado. Esta gente era gente com pouca educação, ou mesmo nenhuma, poucos doutores e engenheiros e por aí a fora, se formaram aqui e consequentemente eram mais do comércio e serviços, haviam bastantes operários da indústria naval..

E: Em relação ao nome do Bairro, confirma a relação com a ideia de Liberdade republicana, ou era apenas uma ideia associada aos construtores do bairro?

O: Nasce da ideia de liberdade de ocupar e construir, isto ainda foi na primeira república, esse espírito de Liberdade, que como sabe em 26, acabou com Estado Novo. E isso depois reflectiu-se na construção, continua ilegal mas foram muito reprimidos, castigados com pesadas multas, porque as pessoas construía clandestinamente, mas a câmara, vinha, multava, por puro castigo, porque nunca demoliram nada, porque como vê as coisas continuam de pé.

E: Esta é a construção que vem dos anos 20, 30.

O: Estas de alvenaria, já são dos anos 60, 70. Acaba a ideia da barraca de madeira e deu lugar à alvenaria, mas de uma forma desordenada e dentro das possibilidades de cada um, haviam aquelas que podiam construir até ao céu e outros ficavam-se pelo T0 onde viviam agregados de 8, 10 pessoas, por incrível que pareça. A minha família era um agregado de 9 pessoas, éramos 7 irmãos, dormi muitos anos com o meu irmão a seguir a mim, 7 anos mais velho do que eu, as minhas irmãs dormiam acasaladas, e era inevitável a promiscuidade, tínhamos três quartitos. Havia casos em que num cubículo, em que era feito o quarto, a cozinha e a sala.

Passando a esse período pós 75. Que movimentos?

O: Aqui no Bairro não houve um grande movimento, houve mais na quinta José Pinto, na quinta da Bela Flor, aí foram muito mais organizados, porque aí ainda haviam barracas, havia mais necessidade de trabalhar essas mesmas infra-estruturas, aqui já havia mesmo que precário, já havia saneamento básico. Havia uma célula do PCP no Bairro e a maioria das pessoas estava com o partido e com as forças de esquerda. Havia aquela expectativa em relação à Liberdade e ao Direito à Habitação, que ano após ano, promessa atrás de promessa se veio esmorecendo e o partido aí devido à saída de muita gente, à morte dos mais velhos, ao alheamento da Juventude, vai definhando. Em termos de Junta, a primeira foi um conjunto de pessoas, que foi presidida pelo João Paiva e nas primeiras eleições dá-se a primeira vitória do partido Socialista e depois tem alternado. Com a Coligação PS PCP e esta é uma grande mágoa que tenho, criei grandes expectativas, e pensei que essa coligação saneasse e reformasse este bairro, o que não aconteceu.

(Mostra o local onde nasceu)

Foi aqui que eu nasci e vivi até aos 15 anos, neste pátio, que não era assim, nada disto, foram-se criando anexos e aqui est+a esta construção desordenada, e isto tinah a ver com o poder económico, primeiro eram barcas porque as pessoas não tinham dinheiro para mais, depois começaram a ter capacidade, começaram a construir, foram criando as suas condições. Eram cubículos, muito pequenas, mas depois em 74, 75 as pessoas foram melhorando as casas, começou a haver melhor capacidade económica, e as pessoas começaram a alargar, para onde podiam, para os lados, ou para cima.

E: Passando ao período da década de 90, temos a construção do eixo Norte Sul, e pela primeira vez construção orientada no Bairro..

O: Nós só tivemos habitação nova no Bairro da Liberdade porque se rasgou o bairro com o Eixo Norte sul, não fosse essa infra-estrutura e tudo estava na mesma, aí mais uma vez a Coligação portou-se mal, porque não foram tomadas condições prévias, para o realojamento dessas pessoas, 700 famílias, foram afectadas pelo eixo Norte Sul (...) e no meu entender é assim que se deve trabalhar, tem de se fazer habitação prévia para essa população e não, foi assim um bocado desordenado, umas pessoas foram para o Padre Cruz, outras para as Furnas, outras optaram por comprar casa própria, e foram desmanteladas.

E: Qual é o nome dado àquela zona onde está situado o Eixo Norte Sul?

O: era a Quinta do Cardim, grande parte da Rua C quase toda comida pelo Eixo e havia uma outra zona que desapareceu por completo, que era o Casal de Sola, uma Urbanização que havia no Planalto e que desapareceu por completo.

E: O desejo dos desalojados era o retorno?

O: Sim e foi aí que a coligação falhou, foi prometido que em dois anos regressavam ao bairro, não as 700, isso nunca prometeram, prometeram 300 famílias que regressariam. Não chegaram a regressar 100, para as quais se construíram condições, quase 8 anos depois, creio eu, 1992..2000. Oito anos depois é muito difícil regressar, quando se leva filhos de tenra idade, oito anos depois um miúdo já está enraizado. Os comerciantes que saíram criaram a sua clientela, está lá e não vão arriscar em voltar. Em relação ao bairro de destino, mais uma vez se portaram mal porque é sempre aqueles bairros, aqueles Gettos, é um bocado um caixote do lixo, joga-se as pessoas para ali. Mas há muita gente

que nasceu aqui e...onde nós nascemos é que é a nossa terra, e há ainda hoje muita gente que está recenseada em Campolide, e eu vejo muita gente, quase de quatro em quatro anos...

E: Ou na Marcha...

O: Sim nessas actividades, (uma fonte no Bairro, de origem cigana, que irá este ano participar nas Marchas de Campolide, referiu que muitos dos seus familiares, que vivem no Bairro Padre Cruz e Olivais, iriam participar como de costume na Marcha de Campolide. Este morador era morador de uma casa abarracada na zona da Bela Flor, que segundo ele já foi destruída, mas dotada de uma pequena casa de banho), porque ficaram ligadas, foi aqui que nasceram, foram aqui que foram criadas, e havia condições para regressar se houvesse vontade política.

E: Passando ao século XXI, dá-se o PER e o Realojamento ao abrigo da Construção do Eixo Norte-sul e a Escarpa a partir de 1997 começa a ceder...

O: A encosta... chamada escarpa Sul, porque há outro problema com a escarpa Norte com deslizamentos e ninguém quer saber daquilo só quando houver uma desgraça... a escarpa sul começa a desabar com o Eixo Norte-sul, o que aconteceu foi que a CML começou a fazer a expropriação do Asilo, foram expropriados e foram abandonados. Ainda por cima tiveram a infeliz ideia de remover as árvores de fruto que haviam por ali, e Oliveiras, que ajudaram ao deslizamento dessas terras. Claro que foi o Eixo Norte Sul porque as pessoas habitavam ali há dezenas de anos, e nunca tiveram fissuras como depois apareceram. Em consequência do Eixo apareceram fissuras em que cabia uma mão, O LNEC fez os registos... Isto em 97. Aí começam algumas famílias a serem desalojadas, poucas famílias, os casos mais graves. Depois houve ali uns dois, três anos em que não se ligou à situação da escarpa.

E: Esse período coincide com o fim da coligação PS CDU e a vitória em 2001 de Santana Lopes...

O: Aí é a catástrofe. Aí Santana Lopes procede um pouco como a coligação, como em 1992, começa por tirar as pessoas abruptamente, sem criar condições mais uma vez, e gera uma situação grave para a Câmara (uma vez que muitas das casas onde as pessoas são realojadas são do sistema de arrendamento livre por falta de casas habitáveis da CML) são milhares de Euros que a câmara continua a suportar mensalmente.

O: Conheço uma situação de um realojado que vive hoje em Alvalade e não pensa de maneira nenhuma mudar a situação que tem hoje, recordando é claro que continua a pagar a mesma renda que pagava aqui..

E: A questão é sempre a mesma, as pessoas nasceram aqui e querem voltar, não para as condições que tinham aqui, querem voltar para casas condignas e há condições para isso, há terreno...

E: O Orlando pensa então que depois da Consolidação da encosta Sul, é possível voltar a construir?

O: Olhe só em contos, em dois anos, perderam-se 100 mil contos. Ainda em 98, quando tínhamos como vereador dos transportes, o Machado Rodrigues, e foi feita uma consulta, uma abertura de propostas internacional, que eram 200 mil contos. Pronto e deixaram andar. Quando entrou o Santana Lopes, foi a primeira medida que ele tomou, e bem porque aquilo era inevitável, tinha-se de fazer aquela consolidação, porque aquele monte de terra estava a ir, por ali a baixo, teria de ser feito aquele trabalho, e Santana, determinado como é, mandou fazer aquele trabalho, só que já custou 300 mil contos... Quanto à solução acho que aquilo, como está foi abandonado tanto pela câmara como pelos proprietários e pelos inquilinos não é, dá-se a coincidência de se acabar com o Casal Ventoso, e claro, um bocado do Casal Ventoso passou para ali, as casas começaram a ser vandalizadas, ocupadas e usadas, para as salas de chuto, já foi alvo de alguns incêndios, e penso que não há condições para o retorno daqueles habitantes, com as casas como estão. Não creio porque mesmo com todo o dinheiro que se gaste em recuperação, é como se fazer uma recuperação num carro velho, não se gasta 500 contos num carro que tem um valor comercial de 100, acho que não se deve fazer isso, acho que a câmara deve demoli-las e naquele terreno construir. Aliás há um projecto...

E: Apresentado em Dezembro de 2006, no Salão Paroquial com uma reacção muito positiva por parte dos moradores a gritarem entusiasticamente por casas..

O: É uma reacção natural da população que está cansada, está farta de viver neste escombros, nesta miséria, nestes ratos, querem desesperadamente uma habitação.

E: Em termos de números a algumas fontes, nomeadamente comerciantes, falam em 7000 pessoas no bairro na década de 90 e em 2006 a CML apresenta o Bairro com cerca de 1300 famílias.

O: Aqui no Bairro da Liberdade não temos hoje mais de 3000 habitantes.

E: Como tem sido o trabalho da Junta em relação ao Bairro.

O: Foi demasiado seguidista e o problema do bairro é que não é camarário, não existem casas da câmara aqui, é tudo particular, privado, e ele entendia (António Henrique, antigo vogal de Habitação da CML), que isto era um problema dos particulares, ignorava os inquilinos, isto é privado mas há pessoas. A grande maioria é inquilina.

O: Como se deu a entrada no Bairro?

O: Isto aqui é familiar, muito pouca gente aqui caiu de “pára-quadras”, há aqui uma rede familiar, se formos aquele garoto, sabemos que o pai nasceu aqui, o avô, e assim sucessivamente. Há muito pouca gente que apareceu aqui há pouco tempo (mesmo a fonte contactada que vive em Alvalade, mesmo nascido em Angola, vive no bairro desde muito novo), só alguns imigrantes. Há muito pouca comunidade imigrante porque, aqui criou-se uma... quer dizer... não são racistas, mas são bairristas. Então é difícil entrar aqui, pessoas que não sejam da tal família. Embora há por aí núcleo de Indianos, falam pouco português. São bairrismos que se criam, éramos sectários mesmo dentro do bairro, esta era a zona do s. Jacob, que não se misturava com a Vila Ferro, nem com o Bairro da Liberdade de baixo, e para lá dos Arcos já era outro sector. O 25 de Abril permitiu essa abertura, hoje as pessoas já são mais do Bairro da Liberdade, já não são de S. Jacob ou Vila Ferro, mas são mais de Campolide, do Bairro da Liberdade. E recordo-me que isto teve um papel importante, em 74, 75 criou-se infelizmente por pouco tempo, a UCC, a União dos Clubes de Campolide, em que se fez um acordo, em que todos os sócios, era já União Europeia em ponto pequeno, um sócio de um clube tinha acesso a outro clube da freguesia, bastando ser sócio de um deles, podia ter acesso às instalações, coisa que antes era impensável.

O: Como vê a Junta de Campolide o Bairro e vice versa?

E: Os outros são mais ricos, isso não há dúvida, e de facto não é o Vale de Alcântara que nos separa, há de facto uma separação real, quer a nível da junta quer da câmara, há pouca atenção para a zona, da linha para cá, as coisas não funcionam tão bem. Nas

últimas eleições uma iniciativa de um grupo de moradores, desta zona, que apelaram á abstenção e ela aconteceu de facto, ela existiu, a verdade é que não atingiu quem merecia, porque os resultados assim o demonstram, os grandes culpados desta situação não foram atingidos. Em primeiro lugar o PS, enquanto Governo e enquanto responsável na Câmara, que não cumpriu a Constituição, que é obrigação do Estado construir habitações para os portugueses. Repare como é possível que estejamos no século XXI com esta construção com este tipo de degradação. O Partido Socialista enquanto governo, não criou estas condições de construção, porque repara é bom recordar que nós temos aqui construção de uma cooperativa que ainda existe, a Cooperativa do Bairro da Liberdade, que nasceu em 75, que construiu graças a um maluco, que era assim que ele era apelidado, mas esse maluco criou condições, ou deu condições, para que essa cooperativa fosse avante, esse “maluco” chamava-se Vasco Gonçalves, e foi graças a ele que a Cooperativa teve condições para seguir e construir cerca de 80 fogos junto à Serra de Monsanto.

E: Mas apenas para os seus sócios...

O: Exacto, uma cooperativa, é uma associação, é um colectivo, que tiveram esse direito em relação à ordem de chegada.

E: Não houve situações de corrupção?

O: Isso é invejas, eu nunca fui sócio daquela cooperativa, não tenho lá casa e tomara eu que meia dúzia de oportunistas como alguns lhe chamam, que todos os anos houvessem uma meia dúzia de oportunistas fizessem oitenta casas, aquela dúzia de oportunistas como alguém lhes chama. Começou em 75 depois mais aqueles trâmites legais, e depois a ocupação dá-se nos anos 80. Aqui perto do Centro Paroquial em 2001, o PER funciona no Bairro da Liberdade, já tinha funcionado na Quinta José Pinto e na Quinta de Bela Flor, onde de facto isso não pode ser escamoteado, se o objectivo era erradicar as barracas, ele foi praticamente 100% atingido, na Quinta da Bela Flor acabaram-se as barracas, na Quinta José Pinto também se acabaram as barracas, só que ao acabarem-se as barracas, deu lugar a terreno, e aí é que está o busílis, quando há condições para se construir previamente e remover tudo isto, porque nós temos cá o espaço, haja é capacidade política. Lá em baixo foi o realojamento do Eixo Norte-sul e naquela encosta em que falámos, a da consolidação, havia igualmente um projecto de 126 fogos, para o tal realojamento das 300 famílias. Só que não vieram 300, vieram cerca de 100,

embora a oferta fosse maior, as pessoas já não quiseram vir. O PER só temos no Bairro da Liberdade, junto à Igreja, em que a grande maioria é da Vila Ferro e da Bela Flor, daqui foram muito poucos, começaram a dismantelar estas casas, era para continuar, mas ficou por aqui.

E: Sobre uma figura especial do Bairro, o Padre Crespo, qual é a sua opinião?

O: É muito fácil falar de uma pessoa que trabalha e faz obra como ele fez, é fácil controlar populações, qualquer pessoa que faça obra, se os demagogos dominam as populações, os obreiros mais ainda, creio eu, às tantas nem é o caso, às vezes os demagogos dominam, mas quer se queira quer não ele te obra feita, está ali. Agora é assim, enquanto pessoa é uma pessoa que não é fácil, lidar com o padre Crespo...um ortodoxo, não no sentido de leigo, religioso, ele é católico claro, mas é muito conservador. O Padre Crespo é um acérrimo defensor da população do Bairro da Liberdade, e se houver um partido, que defenda os moradores do bairro da Liberdade seja de esquerda ou de direita, ele está ao lado desse partido, ele já o demonstrou inúmeras vezes, se o partido comunista defende a população, ele está com o PCP, se for o PSD, ele está com o PSD. Ele não olha à cor política, é para trabalhar, vamos fazer obra aqui, se for para tirar esta gente da miséria ele está lá, ele analisa, vê se as pessoas são de confiança, se vê que há condições ele está lá, está ao lado deles, isso é inegável. Eu penso que e uma mais valia para o Bairro da Liberdade, com estas atitudes, só podemos louvar. Recuando às origens, esta parte religiosa, teve uma grande importância no Bairro da Liberdade, nós estamos à beira de uma instituição, a Educação Popular, teve um papel muito importante no desenvolvimento e apoio social e até ao apoio em termos de comida, que haviam pessoas que passavam fome, eu era miúdo e havia aqui um portão onde era distribuída a sopa e pão aos pobres. Os pobres eram recenseados e depois em relação ao seu agregado, x sopas e x pães, e vinham todos os dias. Uma acção não da Igreja Católica, porque há muita gente que confunde esta instituição com o patriarcado. É uma instituição católica, mas é uma organização das Irmãs do Coração, cujo primeiro presidente foi o Padre Maurício, que era assim que ele era conhecido, padre Maurício dos Santos.

E: A população mantém esse fervor religioso?

O: Por incrível que pareça, quanto mais juntos estão da Paróquia, menos crentes são, toda esta zona aqui, frequentam pouco e querem ter pouco com o padre. Isto tem as suas

raízes, tem as suas origens, no passado, em que houve padres mais abertos, e que nos deram outras visões, depois com a vinda destes padres mais fechados, vê-se o refluxo. O primeiro padre desta paróquia foi o padre Galeia, era um velhote, um Italiano pá, e conseguiu agregar bastantes fiéis, depois alternaram padres mais fechados com outros abertos, recordo-me de um outro padre Italiano, esse aí uma Jóia, esse aí cativou toda a gente, que era o padre Giovanni, era um padre, que quando era miúdo e os padres ainda usavam a sotaina, e ele puxava, dava um nó na sotaina e jogava à bola connosco no pátio da Igreja. Depois vieram outros padres, que diziam “Rua! daqui, não quero aqui bola à porta da igreja, ” e penso que todos foram assim até à vinda do Padre Crespo. Este foi o primeiro que começou a fechar, no sentido de impor grande regras, grandes rigores, coisa que esta gente não estava habituada. A tal Liberdade, aqui não há regras, e então começaram a afastar-se a pouco e pouco. O Padre Crespo é tão rigoroso, que estas duas instituições nunca se deram muito bem, a Educação Popular demarca-se sempre da Paróquia e vice versa. Quando essa instituição começou com o Padre Maurício, esta rua, que se chama Rua da Capela, porque havia ali uma capela. Mas no pátio onde eu nasci, é a rua da Capela Velha, porque havia uma casa de habitação adaptada a Capela, e foram ali que se deram as primeiras missas aqui nesta zona. Depois é que foi construída a Capela, e as instalações da Educação Popular. Eu fui Baptizado naquela Igreja, que também está a cair de podre, a Igreja de Santo António de Campolide. A Paróquia surge em 1959, que foi simultâneo com a Junta de Freguesia de Campolide. Esse terreno na altura pertencia a São Sebastião da Pedreira.

E: Chegados aos conjuntos habitacionais PER, que tipo de ocupação, barracas aqui de baixo?

O: Com 86 fogos, e depois passamos à cooperativa, uma primeira parte lá em cima, de 89, e esta de final da década de 90. O futuro do Bairro da Liberdade, é incontornável e inevitável, isto tem de ser requalificado, eu acredito naquele programa, com mais CER,s ou menos CER´s, com mais ou menos altura, mas eu acredito que isto tem de ser erradicado, rapidamente. Não se pode estar aqui a cozinhar e costurar nada nesta construção descontrolada, isto é mandar a baixo e construir de novo. Uma coisa é nós estarmos a requalificar uma Alfama ou a Madragoa, é um crime mandar aquelas casas a baixo, porque aquilo são casas velhas, mas estão ordenadas, tem a sua história, as suas fachadas, tem a sua traça a sua arquitectura. Aqui não. Não se pode chamar Arquitectura a isto, isto é tudo como não se deve construir, logo não vejo outra alternativa, não é um

rendilhado... “ah esta está boa, fica” não deve ir tudo, para mim é radicalmente, e é por isso que vejo aquele projecto com bons olhos. Mas em Portugal é tudo muito moroso e pelo que me dizem, esta em avaliação na CCDR, e que normalmente levam 5,6,7 anos, a avaliar e avalizar essas propostas.

E: Não acha que a população deveria ser informada do andamento do processo?

O: Eu acho que a população merece tudo, mas voltando á situação da Abstenção, e à forma como esta população tem votado, eu acho que tem o que merece, porque não mudam, porque nós portugueses adoptamos, digo adoptamos porque a maioria é assim, adoptamos os partidos como clubes, não conseguimos distinguir um clube de um partido. Eu sou do Sporting, comecei a gostar desde pequenino e não vou mudar jamais. Quer perca, ganhe vá para a Segunda divisão, mas quanto a partidos não penso assim,

Anexos do *Notícias de Campolide*

1990 a 2006

0. DEZ. 1997

ISSITO LEGAL



BOLETIM DA FREGUESIA DE CAMPOLIDE

N.º 13
ABRIL/OUT. 1990

REDACÇÃO: Executivo da Junta de Freguesia de Campolide

DIRECÇÃO: Secretário da J.F.C.

SUMÁRIO

EIXO VIÁRIO NORTE-SUL
Confé. ência de Imprensa do Presidente da C.M.L.

NOTICIÁRIO
Pelouro da Educação
Pelouro da Cultura, Desporto e Tempos Livres
Pelouros da Habitação e da Defesa do Meio Ambiente
Pelouro dos Transportes e Comunicações
Assembleia Municipal
Câmara Municipal

CONHEÇA CAMPOLIDE
INSTRUMENTO DO CANCRO DA HABITAÇÃO
DEFESA DO MEIO AMBIENTE
ACIDENTES NAS CRIANÇAS SOBRE O SIDA
ORÇAMENTO PARA O ANO DE 1990
MAIS FORÇA ÀS FREGUESIAS!
Carta aberta à população
Carta reivindicativa das Freguesias
Jornada de luta

REPARAÇÃO DE HABITAÇÕES

A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPOLIDE e a CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, estabeleceu um protocolo de acordo de delegação de competências da Câmara para a Junta, referente a pequenas reparações de habitações e cedência de materiais.

Quaisquer informações poderão ser prestadas pelo vogal do pelouro de habitação, na Junta, às 6.ªs feiras, com marcação prévia.

EIXO VIÁRIO NORTE-SUL

O eixo Norte-Sul que liga a Auto-Estrada do Norte à Ponte 25 de Abril, foi adjudicado pela anterior Câmara em 28 de Dezembro. Não sendo ilegal, parece-nos de todo imoral que após as eleições de 17 de Dezembro, aquele executivo tenha adjudicado uma obra de tal vulto, a "dois dias" da sua saída. Mais, que esta adjudicação tenha sido feita sem acautelar os interesses dos moradores e da própria Câmara.

Porque era notória a má condução do processo, no nosso programa de candidatura incluímos:

"Providenciar junto das entidades competentes, o realojamento definitivo e negociado das famílias..."

Felizmente que o actual executivo camarário pensa de modo diferente do anterior.

Assim, em recente visita que fizemos ao Bairro, com o Sr. Vereador da Habitação, Vasco Franco, tivemos a oportunidade de debater com ele todo este processo, e analisar possíveis alternativas.

Também, em estreita colaboração com o Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Paulo e Assembleia de Freguesia, realizámos em 21 de Maio uma reunião com a população, para informar do andamento do processo.

Na sua intervenção, o Sr. Padre Crespo fez um historial da situação, nomeadamente das notícias veiculadas pelos jornais, bem como das diligências que o Centro tem vindo a efectuar.

A Junta, pela voz de alguns vogais e do Sr. Presidente disponibilizaram o seu apoio à população, reafirmando os princípios do seu programa eleitoral.

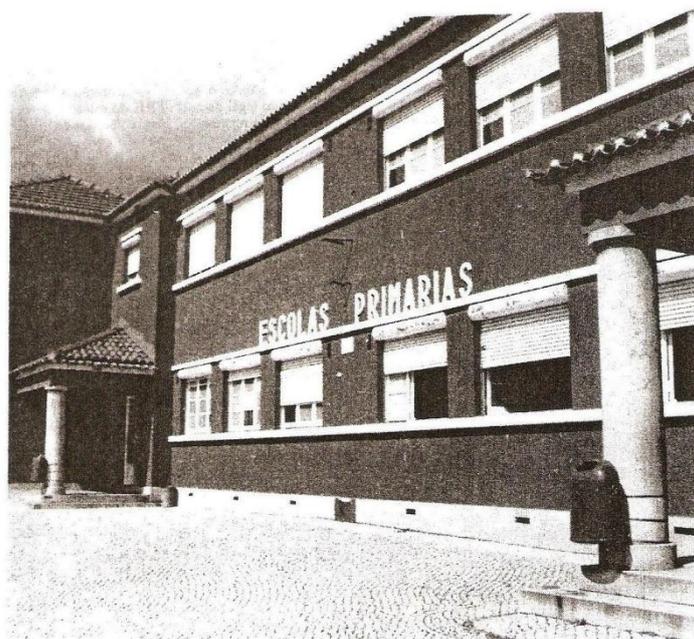
Os convidados da Câmara, assessores dos Srs. Vereadores da Habitação e Transportes, explanaram seguidamente os vários projectos e alternativas em estudo na CML, bem como a necessidade de renegociação do processo, de modo a que outras entidades assumam as responsabilidades que lhes serão inerentes, e responderam a várias questões postas pela população.

Este vai ser ainda um processo moroso, mas que a Câmara tratará com transparência.

E como disse o Sr. Presidente na primeira sessão da Assembleia de Freguesia: "Connosco, convosco, com todas as forças vivas da freguesia, Campolide vai mudar. Para melhor".

Anexo 1: Boletim da Freguesia de Campolide,

nº 13, pags. 1-3, *Eixo Viário Norte-Sul*, Abril/ Outubro de 1990.

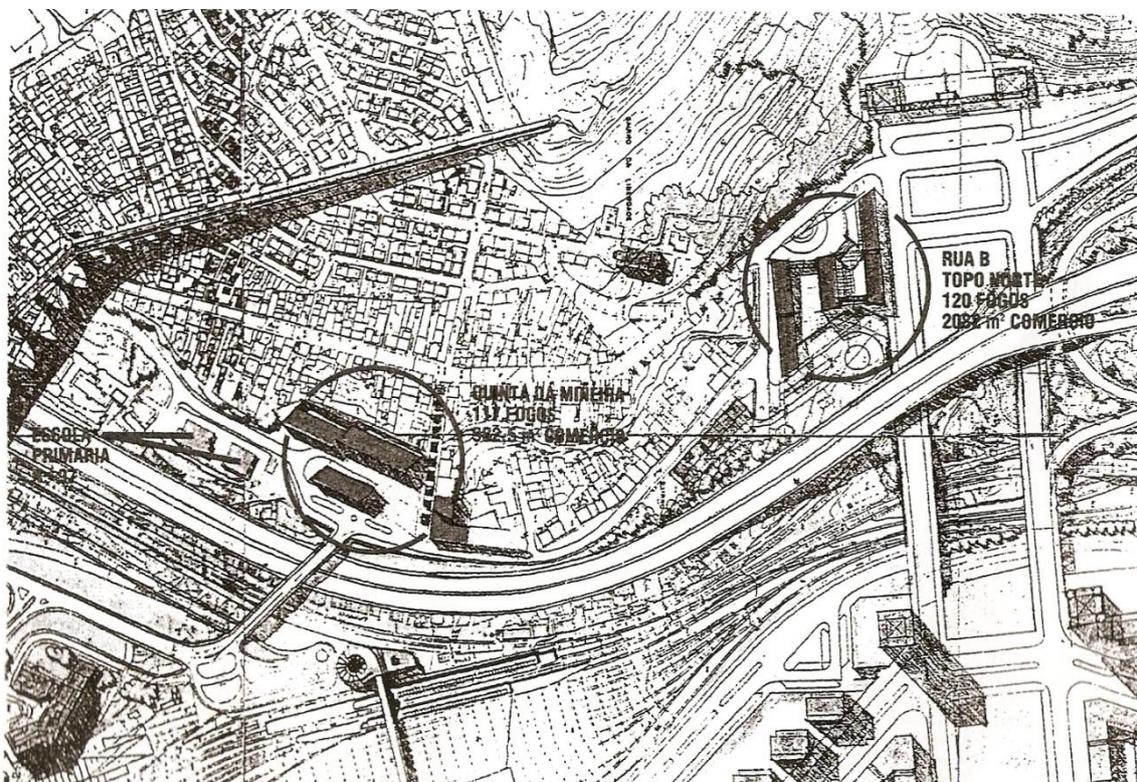


«Educação Popular» para crianças do Bairro da Liberdade

Em 1931 foi inaugurada uma capela-escola, capela a uma hora a escola a outra. Dois anos depois foi inaugurado um curso nocturno para adultos e em 1935 foi reconhecida por alvará e ficou a chamar-se «Educação Popular», como é ainda hoje, sendo o Externato n.º 1 de uma série de 9 que, entretanto, se foram extinguindo. Um ano depois a obra é considerada de beneficência. Até que, depois de várias vicissitudes, as Irmãs do Amor de Deus tomam conta da obra «Educação Popular» do Bairro da Liberdade, onde estão hoje as instalações.

Anexo 2: Boletim da Freguesia de Campolide:

“Educação Popular” para as crianças do Bairro da Liberdade,
nº 16, pags 8 e 9, Março/ Abril de 1991.



Anexo 3: Notícias de Campolide: *Construção da Via Rápida Norte- Sul:*
Realojamento das famílias será definitivo e negociado,
pag. 4, nº 20, Janeiro/ Fevereiro de 1992.

Sede do Liberdade A. C.

«vítima» do progresso

Cinquenta e sete anos depois de ter nascido, o Liberdade Atlético Clube, popular colectividade sediada no bairro do mesmo nome, vai ter que andar com a casa às costas em obediência ao progresso que determina que vá passar ali, na Rua B, o novo eixo rodoviário Norte-Sul.

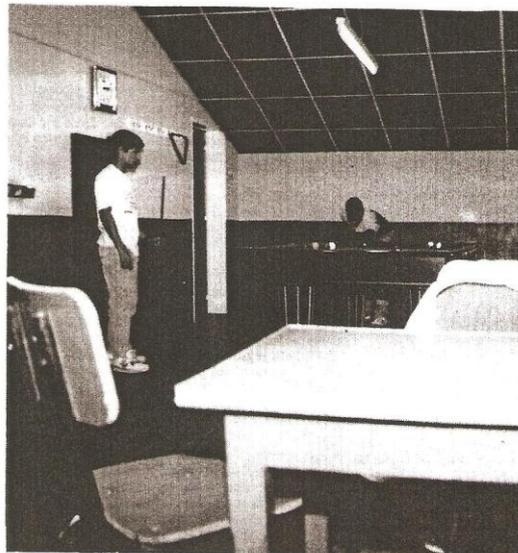
◆ «Gostávamos que a nova "casa" fosse um recinto desportivo»
pensamento da Direcção do clube

Carlos Osório, sócio n.º 80, com filiação de mais de vinte anos, é o actual presidente da direcção. Não esconde um justificado orgulho quando resume o brilhante historial do clube no tempo em que lhe era possível manter um assinalável eclectismo desportivo:

Tivemos equipas campeãs distritais em várias modalidades, mas a base do aparecimento do clube foi indiscutivelmente o basquetebol. Ganhámos campeonatos da Associação de Basquetebol de Lisboa em todas as categorias, a partir de 39/40. Foi assim que o nosso clube se tornou conhecido. Fizemos escolas, ganhámos torneios de promoção e de populares, batámos o pé aos chamados «grandes».

— Só mais tarde vieram a surgir outras modalidades...

— Não, não foi mais tarde. Foi praticamente em simultâneo que apareceram o atletismo, o andebol, o hóquei em campo, o futebol, o voleibol e o ténis de mesa. Não temos as datas precisas em que cada uma delas começou, mas com o recente falecimento



da madrinha do nosso campo de futebol, D. Miquel de Sousa Alexandre (uma senhora que foi um exemplo de dedicação do clube), podemos agora reconstituir o palmarés de muitas vitórias alcançadas em todas essas modalidades.

E quero ainda realçar que não alcançámos só vitórias no campo desportivo, pois, por exemplo, no futebol, em iniciados fomos na época de 78/79 a equipa mais disciplinada. É um historial de muitas vitórias que há cerca de dois meses recordamos numa exposição, através de recortes de jornais dessas épocas que essa senhora tinha guardados.

Carlos Osório e os seus colegas fizeram questão de realçar o respeito e a admiração que o nome da finada senhora merece a todos os associados do clube em sucessivos anos e várias gerações que com ela lidaram. Uma lápida assinala mesmo a home-

Anexo 4.1.: Notícias de Campolide:

Sede do Liberdade A.C. "vítima" do progresso,

nº 21, pag. 6, Maio/Junho de 1992.

nagem do Liberdade A. C. por alguém que, três meses antes do seu falecimento, deixou um espólio de grande valor, numa vasta documentação que atesta o vasto e brilhante histórico desportivo da colectividade. Tão vasto que não cabe neste espaço o seu relato pormenorizado, permitindo apenas lembrar que em toda a actividade desportiva em que surgiam representações do Liberdade A. C., elas discutiam arduamente os primeiros lugares. Os menos novos recordam-se de algumas das suas famosas equipas, particularmente no basquetebol, no futebol e no ténis de mesa, nesta última com «assinatura» em títulos regionais nas primeiras categorias disputados na década de 40/50. «Não dávamos hipóteses e tanto fazia ser em singulares como em pares, homens e mulheres» – sublinharam com visível orgulho os dirigentes presentes...

Bons tempos. Mas... e agora como é?

— Agora mantemos o futebol apenas no escalão juvenil, aproveitando a circunstância de termos um campo próprio inaugurado em 10 de Maio de 1953, que teve a D. Miquel como madrinha. Isto no plano desportivo, porque em termos de cultura já há vinte anos tivemos um grupo cénico que está agora a renascer por vontade de um grupo de sócios. Também organizávamos sessões de fados, enfim a nossa sede era muito procurada pelos sócios. Outros tempos. Agora fugimos ao desporto deferado, porque as despesas são grandes e não têm compensações. Por isso, enveredámos pelo apoio ao futebol juvenil e por mero amadorismo. Estivemos recentemente representados nos Jogos de Lisboa com duas equi-



Rego Mendes, vereador do Pelouro do Desporto da CML.

Vereador do Desporto alertou para o problema da sede

O Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, de que é vereador Rego Mendes, apreciou o processo de desocupação da sede do Liberdade Atlético Clube devido à construção do Eixo Norte-Sul.

Confrontado com esta realidade, pelo «Boletim» da Junta de Freguesia de Campolide, o vereador foi claro em afirmar que não se trata de um assunto do seu pelouro «mas não alije responsabilidades», fazendo aquilo que me compete: expor o problema ao vereador Machado Rodrigues, que tem o pelouro responsável pela construção da via Norte-Sul».

Ocupando uma sede propriedade da CML por via da expropriação do prédio em 1949, quando o Liberdade AC já ocupava o espaço há 14 anos, Rego Mendes adiantou que na sua exposição deveria ser «encarado pela CML, no processo de desocupação, um espaço para alojamento do Clube com vista a salvaguardar o seu património histórico, desportivo, cultural e recreativo».

pas. Era para serem três, mas um erro burocrático deixou uma de fora.

Orgulhosamente autônomos

Sempre apoiado na tácita concordância dos seus colegas presentes, Carlos Osório não escondeu aquela que afinal é a razão principal para tão drástica redução da actividade desportiva do clube:

— Nós somos uma colectividade autónoma. Temos no campo e nos respectivos alugueres a nossa principal fonte de receita. Há também a exploração do bar da sede e os bailes que nas épocas próprias vamos organizando. A quotização é baixa. Temos cerca de 500 sócios e a maior parte está em dia. Os homens pagam 50 escudos e as mulheres 25. E adoptamos o sistema do pagamento por trimestre, o que os sócios aceitaram bem. Pagam em quatro vezes por ano e não é necessário cobrador, eles vêm cá pagar...

É para que não restem confusões:

— Nós só gastamos o que podemos e não inventamos iniciativas na mira dos subsídios como sabemos que há colectividades que fazem. Há cerca de dez anos foi criada aqui no clube uma Comissão de Obras e Melhoramentos da qual alguns dos que estamos aqui fizemos

parte e que teve como objectivo desenvolver as estruturas que o clube possui. Foi assim que o campo se transformou na fonte de receita que hoje é. Mas ainda não é tudo porque, quer se queira quer não, o futuro do Liberdade A. C. tem que passar sempre pelo campo. Nós temos tido apoio da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Campolide, mas não tanto como gostávamos. De forma que, em vez de andarmos de mão estendida ou a fazer festinhas que não rendem o que se precisa, vamos, na medida do possível, criando as nossas próprias fontes de rendimento. E podemos orgulhosamente dizer que nesta altura não há em nenhuma freguesia de Lisboa clube que tenha um recinto desportivo como o nosso.

— E que melhoramentos foram feitos no recinto?

— Além da vedação, construímos cabanas decentes. Gastámos só nisso à volta de 600 contos e sem qualquer subsídio, porque nesse aspecto temos um lamento a fazer em relação à autarquia, Junta incluída. Quando passámos a ter um campo à altura de nele realizar torneios, habituaram-se a pedi-lo, às vezes de véspera, mas, por outro lado, deixaram de perguntar se

Anexo 4.2.: Notícias de Campolide:
Sede do Liberdade A.C. "vítima" do progresso,
nº 21, pag 7, Maio/Junho de 1992.

Moradores do Bairro da Liberdade realojados em habitações definitivas

A Via Rápida Norte/Sul, embora atravessa a Cidade de Lisboa, faz a ligação da Auto-Estrada Norte com a Auto-Estrada Sul, devendo assim considerar-se uma obra Nacional e não Municipal, pelo que os seus custos deveriam ser integralmente suportados pelo Governo e não pela Câmara Municipal de Lisboa. Foi uma pesada herança do Executivo de Abecasis.

Por outro lado, o projecto apresentava situações muito gravosas para a população pelo que, quando o actual Executivo da Junta de Freguesia de Campolide tomou posse, foi solicitada uma reunião e visita ao Bairro da Liberdade com a vereação da CML directamente interveniente (vereadores Machado Rodrigues e Vasco Franco), na qual foi pedida a reanálise do projecto com vista a amenizar os problemas da população.

O projecto foi rectificado, e, embora nem tudo esteja totalmente definido, existem várias dificuldades e situações difíceis ainda por resolver. Mas, no fundo, houve uma melhoria significativa e de grande justiça social.

Das situações ainda por resolver, destaca-se o realojamento de alguns comerciantes, tais como oficinas auto, carpintarias e estâncias de madeiras, etc., para os quais é difícil encontrar novas instalações.

Relativamente ao Bairro da Liberdade Atlético Clube, e após visita ao local com técnicos camarários, o assunto ficou bem encaminhado, prevenindo-se a reconstrução da sede e do campo de jogos em local próximo do actual.

O acesso ao Bairro, que estava previsto por túnel, onde dificilmente alguém passaria, vai ser substituído por viaduto sobre a via Norte/Sul. Quanto à população, havia várias situações a considerar:

— Para os moradores em situação de habitação precária (sem vínculo com actual) não havia garantia do seu realojamento. Hoje, isso está considerado.

— Os restantes moradores seriam realojados todos fora do Bairro sem garantia de que fosse em habitação definitiva.

A posição da Junta de Freguesia de Campolide perante a Câmara Municipal de Lisboa foi de que os realojamentos deveriam ser definitivos e não provisoriamente em bairros como o do «Relógio», tão ao gosto da anterior vereação camarária.

Também era do conhecimento da Junta de Freguesia que muitos moradores, enraizados no Bairro da Liberdade, alguns ali nascidos e criados, não queriam ir para outros locais: disso a Junta de Freguesia foi porta-voz perante a Câmara Municipal de Lisboa.

A CML compreendeu e aceitou estas posições da Junta de Freguesia que se traduziram, afinal, no desejo dos moradores, pelo que se pode desde já garantir que:

— Os realojamentos serão efectuados em casas definitivas.

— Os moradores que declararam pretender ficar no local serão realojados no Bairro Padre Cruz e voltarão para o Bairro da Liberdade logo que estejam prontas as habitações a construir.

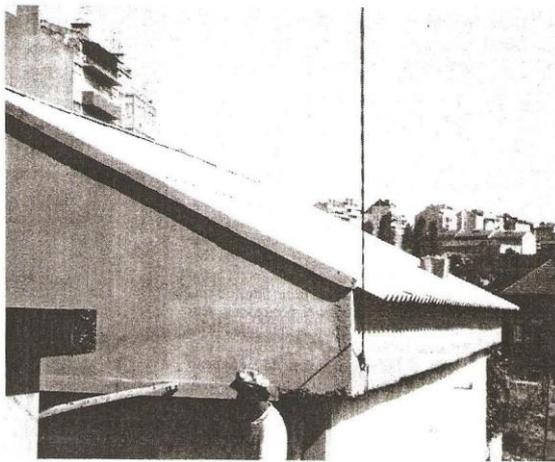
Os realojamentos estão previstos em três fases: a primeira a decorrer, a segunda a efectuar em fins de Setembro e a terceira no final do ano, para não prejudicar o andamento escolar das crianças.

Tudo isto tem requerido muito trabalho, muita colaboração e até sacrifícios de todas as partes envolvidas, quer sejam os moradores quer sejam os técnicos camarários.

A Junta de Freguesia de Campolide tem a convicção de que, no final, o saldo será largamente positivo.

Isto é: uma melhoria da habitação e consequentemente uma melhoria das condições de vida da gene-

ralidade da laboriosa população do Bairro da Liberdade.



DURANTE O ANO DE 1991

15 mil contos para melhorar habitação

Na última edição do «Notícias de Campolide» falou-se da intervenção da Junta de Freguesia de Campolide nas pequenas reparações em fogos particulares e municipais e no fornecimento de materiais para a melhoria da habitação em zonas degradadas, durante o ano de 1991. Esta intervenção deve-se ao protocolo celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa e foram aplicados cerca de 15 000 contos. Para que se tenha uma ideia da forma como foi aplicada esta verba, vejamos o quadro seguinte, que não foi publicado por lapsos:

HABITAÇÃO — REPARAÇÕES
1991

Tipo	Quant.	Valor total	Média	%
Intervenção em fogos particulares (Reparação)	10	1.579.207\$	157.921\$	10,64
Intervenção em fogos municipais (Reparação)	33	6.201.165\$	187.914\$	41,81
Intervenção em zonas degradadas (Fornecimento de materiais)	51	2.352.942\$	138.318\$	47,55
		2.440.674\$		
		2.260.630\$		
		7.054.256\$		
Totais	94	14.834.618\$	157.815\$	100,00

Anexo 5.: Notícias de Campolide :

Moradores do Bairro da Liberdade realojados em habitações definitivas, nº 22, pag.3,

Julho/ Agosto de 1992.

NOTÍCIAS Campolide



N.º 23 • NOVEMBRO/DEZEMBRO 1992 • PERIODICIDADE BIMESTRAL

Relojamento das famílias do Bairro da Liberdade

Grande operação em curso

♦ diz o vereador do Pelouro da Habitação da CML, Vasco Franco

O vereador do Pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa Vasco Franco, eleito pelo PS, na Coligação "Por Lisboa", faz, em entrevista concedida a "Notícias de Campolide", uma apreciação do trabalho que se desenvolve na nossa Freguesia na área que lhe cabe gerir. Fala-nos do realojamento das famílias do Bairro da Liberdade, por força da construção do Eixo Norte/Sul e do diálogo estabelecido com as populações; das relações com a Cooperativa da "Bela Flor"; do novo rosto que Campolide vai ter dentro de 10 anos, particularmente em toda a zona circundante da estação da CP; e das soluções encontradas para resolver os problemas dos comerciantes e do Liberdade AC, que vão ter de mudar de local. E de outros problemas, demonstrando profundo conhecimento da vida da Freguesia de Campolide.



Jornada de luta pela alteração do Orçamento Geral do Estado

Autarquias de todo o País paralisam a 11 de Dezembro

Freguesias e câmaras municipais de todo o País paralisam no dia 11 de Dezembro, durante todo o dia, como forma de luta contra a redução das verbas para as autarquias, previstas no Orçamento Geral do Estado. Nesse mesmo dia, haverá uma concentração dos autarcas junto à Assembleia da República de protesto contra o Orçamento que estará a ser votado.

EDITORIAL

Atingimos, neste mês de Dezembro, o terceiro ano de mandato da Coligação PS/PCP na Junta de Freguesia. Queremos nesta ocasião lembrar os protocolos assinados com a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente na Habitação onde se gastam cerca de 15 000 contos por ano na recuperação de casas degradadas; reparação e limpeza nas escolas para que estivessem prontas no início dos anos lectivos; o pagamento de telefones às escolas primárias; a montagem de corrimãos e grades de protecção em várias zonas da freguesia, e a colocação de água e luz em algumas casas que as não tinham. Apoiámos igualmente as Colectividades, Instituições e Cooperativas com a concessão de subsídios para a prática desportiva, idas à praia, passeios de idosos, festas de Natal e oferecemos um televisor e um vídeo ao Centro de Saúde de Sete Rios para funcionarem no período de abertura, ao serviço dos cidadãos bem como um subsídio concedido para um passeio de idosos.

Existe ainda toda a colaboração da Junta com a Câmara Municipal de Lisboa, em defesa dos moradores e comerciantes no seu realojamento por força do Eixo Norte/Sul, no alcatroamento da Rua de Campolide, no arranjo das ruas do Bairro da Calçada dos Mestres, na próxima recuperação do Largo

da Igreja e escadaria, com a instalação do parque infantil e criação de zona expectante. Apoiámos igualmente a inauguração do parque urbano do Alto da Serafina, espaço destinado ao acolhimento e diversão de crianças bem como área de lazer ao dispor dos cidadãos.

Gostaria de assinalar a promessa da Câmara Municipal de Lisboa para 1993, da construção do CAPE na Bela Flor, da residência para idosos na Rua D. Carlos Mascarenhas, do parque de estacionamento no Alto de Campolide para 480 carros e do arranjo de várias ruas entre elas a Calçada dos Sete Moinhos, Rua do Garcia, Calçada da Quintinha e mais algumas que se encontram bastante degradadas.

Quero aqui lembrar que o Governo e a maioria da Assembleia da República, que não se debruçam sobre as necessidades das populações, estejam a tomar medidas como o aumento de custos da saúde incluindo os medicamentos, o fim do Serviço Nacional de Saúde, aumento das propinas escolares, e não tomem providências sobre a habitação onde existem cerca de 30 000 casas sem serem alugadas, e os senhores só paguem de multa 500\$00 e não procedam a obras, quando deviam obrigá-los a pagar contribuição pelas casas não alugadas e a multa dever ser progressiva na obrigação de efectuarem

obras. Veja-se o novo Decreto-Lei n.º 197/92 que continua a favorecer os senhorios no RECREIA e a penalizar os condóminos de vários prédios degradados que não têm possibilidades de os mandar arranjar.

Assinale-se ainda a falta de instituições para a 3.ª idade, de Centros de Saúde para população agravada pelo facto de irem acabar com algumas esquadras enquanto parte da Polícia está a tomar conta de todas as habitações dos membros do Governo. Quero ainda dizer que não é reconhecido o trabalho das Autarquias estando a nova Lei de competências no esquecimento ou na gaveta, lembrando a todos os deputados que se não fosse o trabalho das Autarquias nas eleições não estavam nas posições que hoje disfrutavam.

Por último, a mudança dos feriados nas datas que representam a Independência e a Democracia no nosso país (e como sugestão, por que não o dia 25 de Dezembro e o 1.º de Janeiro?) usando de um critério bastante infeliz e incompreensível.

Para terminar desejo a todos os cidadãos um Feliz Natal e um Ano Novo melhor do que o que vai acabar.

Melo Silva

Anexo 6 Notícias de Campolide:

Relojamento das famílias do Bairro da Liberdade: grande operação em curso, n.º23, pag, Novembro/Dezembro de 1992.

Jova imagem para Campolide

O Eixo Norte/Sul proporciona melhor habitação a 700 famílias

Com o objectivo de esclarecer a população da freguesia de Campolide sobre as grandes transformações que, em obediência ao progresso, estão projectadas para aquela zona, fomos à Câmara Municipal de Lisboa ouvir o vereador responsável pelo sector da Habitação, Vasco Franco.

Posto ao corrente da nossa intenção, este autarca começou por dizer:

— Uma das grandes operações que temos em curso neste momento, relacionadas com a Freguesia de Campolide, é o realojamento das famílias que têm vivido no Bairro da Liberdade e que terão que ser desalojados por força da construção do Eixo Norte/Sul. Trata-se de um processo que tem sido muito dialogado com a Junta de Freguesia e com as instituições locais...

— A gerar alguma controvérsia, naturalmente...

— Bem, ao princípio admitiu-se que pudesse haver alguma controvérsia, mas neste momento penso que com o diálogo se tem conseguido avançar com serenidade e é assim que queremos que continue.

— Que opções de realojamento têm sido oferecidas às famílias visadas?

— Basicamente, elas contam com três opções. Uma, que será aquela que vai acolher maior número de famílias e que contempla o realojamento em habitações novas, num empreendimento de grande qualidade, na zona nova do Bairro do Padre Cruz. Aliás, as pessoas, quando começaram a ver as casas e a conhecer o empreendimento, manifestaram o seu agrado e a sua disposição de irem para lá. A segunda opção abrangeu um número mais reduzido de famílias

♦ diz o vereador do Pelouro da Habitação da CML, Vasco Franco, citado pela Junta de Freguesia de Campolide



Vasco Franco: «Toda esta zona vai ter mudanças (...)»

porque os fogos disponíveis nesse local são poucos. Temos algumas habitações em acabamento no Bairro das Furnas que é mais próximo do Bairro da Liberdade.

— Nesse caso qual vai ser o critério a adoptar?

— Se o número de fogos não chegar, vamos ter que fazer uma selecção com base essencialmente num critério de ligação às instituições do bairro, especialmente famílias de idosos muito apoiados pelo Centro Social e que pretendem continuar com essa ligação. Quanto à terceira opção, que esperamos

seja da preferência de dez por cento das famílias, ela reside na atribuição de indemnizações que a Câmara estabeleceu de acordo com um critério fixado e com essa indemnização cada família pode comprar casa noutra sítio ou, como já está a acontecer, optar por regressar à sua terra de origem, como é o caso de pessoas reformadas, as quais, com um pequeno pé-de-meia, podem encontrar nas suas terras habitações em boas condições.

— Na totalidade, quantas famílias vão estar envolvidas nesse processo?

— No Bairro da Liberdade, entre 400 e 500. Na Freguesia de Campolide teremos um número maior porque, além do Bairro da Liberdade, nós estamos também a realojar alguns núcleos de casas clandestinas existentes na Freguesia e também ligadas à construção do Eixo Norte/Sul. Posso dizer-lhe que já fizemos, de uma forma muito tranquila, sem qualquer tipo de problemas, o realojamento integral do Casal do Sola, que era um dos bairros de barracas existentes na Freguesia entre a Rua de Campolide e o Bairro da

Liberdade. Portanto, no conjunto da Freguesia de Campolide são mais de 500 famílias e no conjunto do Eixo Norte/Sul chegaremos quase às 700.

COOPERATIVA «BELA FLOR» COM SOLUÇÃO À VISTA

Em Campolide existe uma cooperativa de habitação que se orgulha de ter nascido (há cerca de 16 anos) da vontade de famílias fartas de viver em barracas. Tão fartas que, de então para cá, já conseguiu colocar a viver em casas decentes, vinte por cento das pessoas que nessa zona vivem em semelhantes condições. Mas, com a grave crise que o sector atravessa no nosso país, não é difícil calcular as dificuldades com que ela se debate para poder continuar a sua obra. Mostrando-se conhecedor do assunto, o vereador Vasco Franco disse-nos:

— Em relação à Bela Flor, há duas questões diferentes. Uma delas está, penso eu, praticamente resolvida e diz respeito ao facto de aquelas habitações, estando construídas e utilizadas já há vários anos, não terem beneficiado, por parte da Câmara, dos arranjos exteriores, nem passeios, nem arruamentos, nem as escadas, etc. Neste momento, tudo isso deve estar praticamente pronto e até por sugestão da Cooperativa procedeu-se a algumas alterações: foi feito um adicional para se contemplarem algumas das coisas que os moradores pretendiam. Nomeadamente, quiseram aproveitar para fazer um pequeno parque desportivo e nós aceitamos tudo

Anexo 6: Notícias de Campolide:

Realojamento das famílias do Bairro da Liberdade: grande operação em curso, nº23, pag 6, Novembro/Dezembro de 1992.

Cooperativa «Bairro da Liberdade» volta a construir habitação

No Bairro da Liberdade existe uma cooperativa de construção da habitação social que tem o nome do próprio bairro. Uma cooperativa que esteve inactiva desde 1980 e 1988, depois de ter construído um lote de 36 fogos. À frente dos seus destinos, como presidente da Direcção, Daniel Caetano, e como vice-presidente e tesoureiro, José Coutinho, pessoas que nos receberam para divulgar os projectos, os anseios e as carências desta instituição que se queixa de uma certa discriminação em relação a outras suas congéneres. Mas antes, um resumo histórico, para dizer que quando a cooperativa foi fundada não tinha a sede que tem actualmente no Bairro da Serafina, isto em 1976. Com um subsídio de 21 mil contos mais tarde acrescido de 6 mil contos concedidos pelo então designado Fundo de Fomento, foram, em 80, alojadas as 56 famílias que actualmente lá estão em obediência a um critério que contemplava os inscritos que apresentavam maior necessidade de habitação. As amortizações estão ainda a ser pagas por cerca de trinta associados porque os restantes já procederam à respectiva liquidação.

A actual direcção herdou, dos dirigentes que estiveram até 80, o compromisso de obter da Câmara o direito de superfície dos lotes já construídos e habitados, tarefa que se tem revelado difícil, pese embora toda a boa vontade do actual executivo camarário. O que não impede que os actuais dirigentes estejam activos e com um projecto entre mãos para novas construções como nos dizem os dois entrevistados:

— Temos a escritura para 150 fogos que nos propomos construir. O INH já nos assegurou que vamos ter o empréstimo e estamos à espera de proceder ao respectivo protocolo.

— Esse projecto não vai ser prejudicado pela construção do eixo Norte-Sul?

— De forma alguma. Mas a verdade é que tem havido por aí boatos de que isso ia acontecer, pessoas



As casas já construídas pela Cooperativa



Daniel Caetano e José Coutinho dirigentes da Cooperativa

mal informadas que diziam que iam passar nesses terrenos as novas estradas mas isso é falso. Podemos

garantir que nada afecta a construção dos 150 fogos.

— E desses fogos vão ter que reservar algumas casas

para os desajudados da parte envolvida pela construção do eixo?

— Isso é outra questão.

Obras na 2.ª Travessa à Calçada da Quintinha

A Junta de Freguesia de Campolide (Pelouro de Comunicações e Transportes) tinha solicitado ao Departamento respectivo da Câmara Municipal de Lisboa que procedesse à análise do estado em que se encontrava a 2.ª Travessa à Calçada da Quintinha que tanto prejudicava o bem estar das pessoas ali residentes.

Compreendida a situação, as obras estão a dar um novo figurino àquela zona desta freguesia.

Anexo 7: Notícias de Campolide:

Cooperativa "Bairro da Liberdade volta a construir habitação", nº 24, pag.8

Janeiro/Fevereiro de 1993.

A Câmara quando nos vendeu o terreno por 74 mil contos foi na condição de pagarmos com habitação, habitação essa que, de acordo com o que consta da escritura, será reservada em vinte por cento para esses desalojados, embora a Câmara pague cinquenta por cento desse valor, o que quer dizer que o nosso contributo é de dez por cento em habitação.

— Quando esperam iniciar a construção desses fogos?

— Pensamos que ainda este ano e o mais breve possível para que daqui a dois anos eles já possam habitados.

— Quantos sócios tem a cooperativa?

— Cerca de 450, os quais pagam uma quota mensal de cem escudos. Mas antes da paragem chegámos a ter mil sócios.

— Isso leva-nos a concluir que durante este tempo sem construir têm vindo a acumular receita para agora poderem iniciar a construção?

— Era bom que assim fosse, mas não é, porque desses 450 poucos têm quotas em dia e nós temos despesas fixas que ultrapassam os trinta mil escudos por mês, como é o caso de uma empresa de contabilidade, de material de escritório, mulher da limpeza, etc.

— E o que é necessário a que os sócios tenham acesso a essas novas casas?

— Que se inscrevam e paguem nessa altura 100 contos, verba que constitui a chamada reserva para início das obras para o arquitecto a quem temos que pagar 18 mil contos.

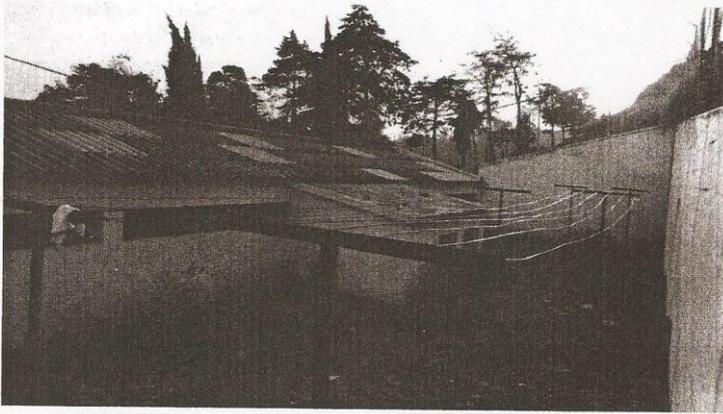
A propósito dos atrasos nos pagamentos da quotização estes dois directores da Cooperativa do Bairro da Liberdade lamentaram que, não obstante o insignificante preço da quota, haja associados que não pagam desde há quase quatro anos, que irá dar aso a uma breve assembleia que decreto decidirá a sua exclusão. E note que, quando entrámos em 88, as quotas eram do valor de 20 escudos e mesmo assim tivemos que eliminar sócios ao abrigo do artigo 35 dos estatutos...

— E outro elemento:

— Gostávamos de dizer



Local para a construção de mais fogos



Há a promessa de que este lavadouro vai ser transferido

que quando, em 88, assumimos a direcção da cooperativa, a primeira coisa que tentámos foi por tudo a funcionar e tudo legalizado e em dia e com esse espírito fomos falar com a FENACHE. Atenderam-nos muito bem, prometeram todo o apoio na parte burocrática mas puseram-nos a condição para entrarmos para sócios, de pagar logo à partida uma jóia de 50 contos e trinta e cinco por cento da receita dos nossos associados. Ora se nós já temos dificuldades para arranjar dinheiro para equilibrar as contas, como é que vamos ter capacidade para pagar essas exigências? O mais que podíamos fazer era aumentar as quotas mas isto é um bairro de gente pobre e

mesmo assim com atrasos enormes o que seria depois...

Sabe-se que um dos dramas com que se debatem muitas das cooperativas de habitação é o de não conseguirem que muitos sócios se inscrevam quando do início da construção dos fogos venham depois a confirmar esse interesse no acto da assinatura da escritura, normalmente por não terem conseguido assegurar as condições exigidas pela banca para liquidação dos respectivos empréstimos. Pusemos essa questão aos nossos entrevistados que responderam:

— Nós sabemos que tal como as coisas estão, quem tem dinheiro tem casa e quem não o tem fica a ver,

até porque para a maioria dos portugueses 8 mil contos é muito dinheiro, pois só para a amortização ficam com um encargo mensal de 60 ou 70 contos e isso é o equivalente aos ordenados que têm. Mas nós avisámos em assembleia aos sócios que as casas iam ficar caras e falámos, inclusive nos contratos a fazer individualmente com a CGD. Ora no que se refere às desistências também foi dito nas primeiras assembleias que em caso de desistência o dinheiro já entregue será restituído. Então aí tentamos arranjar outro candidato. Resumindo, estamos pois em presença de uma cooperativa que luta para proporcionar habitação a pessoas pobres e, entre estas, a jovens que,

digam-se, se inscreveram cheios de esperança, quanto mais não seja para o mercado de arrendamento que o governo diz pretender reaninhar. E a terminar, a direcção desta cooperativa fez a questão de destacar uma recente medida da Junta de Freguesia de Campolide que autorizou a concessão de um subsídio no valor de 100 mil escudos para melhoramentos na sede, ao mesmo tempo que a Câmara Municipal de Lisboa, através do Vereador Rui Godinho, se responsabilizou pela transferência de um lavadouro público, o qual na sua anterior localização obstava ao início das obras da construção dos 150 fogos que se anunciam para breve.

Anexo 7: Notícias de Campolide:

Cooperativa "Bairro da Liberdade volta a construir habitação", nº 24, pag.9

Janeiro/Fevereiro de 1993.

ENCONTRO NACIONAL DA HABITAÇÃO

Um «Livro Branco» sobre a política de habitação em Portugal

Realizou-se recentemente o Encontro Nacional da Habitação. Pelo significado e importância deste grave problema Nacional, passaremos a transcrever, neste e nos próximos boletins, alguns dados retirados do Livro Branco sobre a Política de Habitação em Portugal.

1. HABITAÇÃO — UM SECTOR ESQUECIDO

A Habitação tem sido, nos últimos anos, um sector esquecido e «abandonado» pelo Governo.

Desde 1988, o investimento do Estado no sector estagnou, a níveis extremamente baixos; às cooperativas e aos municípios tem faltado o indispensável apoio financeiro da Administração Central para promoverem habitações acessíveis a famílias de baixos rendimentos; as taxas de juro, exageradamente elevadas, têm inviabilizado a promoção habitacional — livre e de custos controlados —, nas quantidades e a preços acessíveis aos jovens casais e às classes médias. Uma situação agravada pela galopante subida dos preços dos terrenos em resultado da concorrência da procura do terciário e dos serviços. Movimento que tem conduzido à expulsão daqueles estratos sociais para as periferias, com a desertificação dos centros urbanos.

Na campanha eleitoral de 1991, o próprio Primeiro-Ministro chegou a admitir que a política da habita-

ção estava a ser descurada. E, perante a pressão da opinião pública e dos partidos da oposição, prometeu mesmo que iria corrigir a situação caso obtivesse a renovação do seu mandato.

Passadas as eleições, o sector da habitação voltou a cair no esquecimento. Os investimentos estagnaram, e os Organismos da Administração Habitacional (INH e IGAPHE) vivem uma lenta agonia.

2. A TRADICIONAL INDEFINIÇÃO

Uma constante indefinição e instabilidade — dois inimigos da produção habitacional —, têm dominado a política do sector, desde 1974. E concorrido para o fracasso da acção governamental neste domínio.

Nunca existiu uma política de habitação definida de forma explícita e coerente. Têm existido, sim, medidas e programas avulsos, criados e geridos ao sabor das conjunturas políticas e financeiras, sem a adequada preparação prévia, nem a garantia dos meios para a respectiva concretização.

A partir de 1985-87 alcançou-se a estabilidade governativa e verificou-se um apreciável crescimento económico, condições propícias para a definição e execução de uma política de habitação mais produtiva. Mas, paradoxalmente, é a partir dessa altura que a Habitação cai no «esquecimento» dos nossos governantes.

Reunidas outras condições, falta, hoje, a vontade política para fazer da Habitação um sector prioritário das políticas nacionais.

3. O «RENTISMO» DA SOCIEDADE PORTUGUESA

A política de habitação reflecte, ainda hoje, os males estruturais, profundos, da economia e da soci-

tem sido conduzido, de forma eficaz, pela Administração. Razões que se prendem com a correlação das forças sociais e com a estrutura tradicional do capital fazem com que a propriedade fundiária seja, ao longo dos tempos, o suporte de um real poder económico e político, impondo a lógica dos «rendimentos» sobre o da produção.

É urgente uma tomada

de 500 000 fogos. Necessidades resultantes de famílias vivendo em barracas e outros alojamentos precários, em coabitación, em fogos sobreocupados e em edifícios irrecuperáveis.

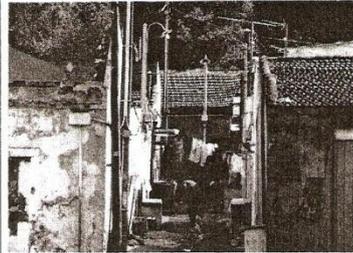
A este déficit de novas habitações acresce a necessidade de recuperar e beneficiar cerca de 300 000 fogos, degradados e com falta de equipamentos. E, também, a infra-estruturação e equipamento dos conjuntos clandestinos construídos nas periferias dos principais aglomerados urbanos, entre meados das décadas de 60 e de 80.

A situação do sector da habitação em Portugal não tem paralelo com a situação vigente nos restantes países da CEE, com excepção do caso da Irlanda.

A maior parte dos países da CEE já não tem défices habitacionais importantes, em termos quantitativos.

O «desaparecimento» do mercado do arrendamento e o espectacular aumento das casas vazias (cerca de 32 000, 13% do parque, em Lisboa) concorrem para essa dramática situação social. Que tem, igualmente, graves implicações sobre a desertificação dos centros urbanos e o aumento dos movimentos pendulares, quotidianos, congestionando os acessos e reduzindo a mobilidade urbana e territorial.

A escassez da produção habitacional e a rigidez na ocupação do parque existente (rendas antigas e dominância de ocupação em regime de propriedade), constituem poderosos obs-



idade portuguesa. Males estruturais que se traduzem em atrasos crónicos, de décadas, relativamente aos países industrializados da Europa. Esses atrasos têm na sua origem obviamente, razões económicas. Mas também factores culturais e sociais, designadamente no que se refere ao primado da propriedade fundiária sobre as actividades produtivas.

Esta é uma das tendências pesadas da sociedade portuguesa.

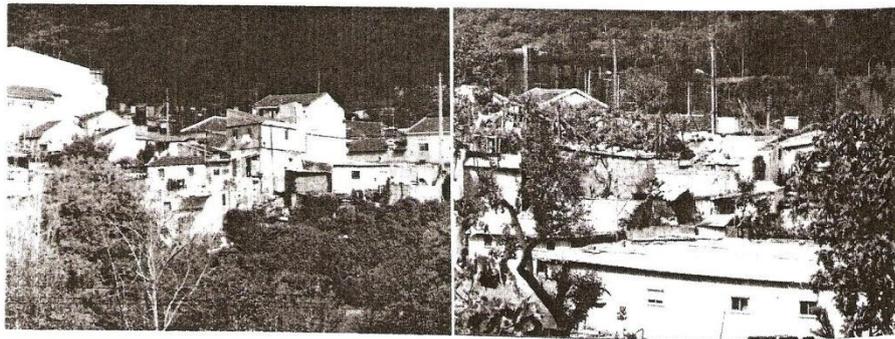
Diferentemente dos países europeus, em Portugal o processo de uso e de transformação do solo não

de consciência pública sobre estas situações, e imperioso que as políticas nacionais delas se ocupem decididamente. Uma das questões estratégicas para o progresso e a modernização da sociedade portuguesa.

4. AS CARÊNCIAS HABITACIONAIS TENDEM A AGRAVAR-SE

Em Portugal, a habitação é escassa, cara e de má qualidade.

As carências quantitativas são estimadas em cerca



Anexo 8: Notícias de Campolide:

: Um “livro branco” sobre a política de habitação em Portugal, nº 25, pag. 6 e 7,

Março/Abril de 1993.

A eliminação das barracas ou a demagogia com roupagens sociais

Na última reunião da Assembleia de Freguesia, a pedido desta, o Vogal da Habitação da Junta de Freguesia de Campolide, António Henrique, fez a seguinte intervenção:

«Foi-me por esta Assembleia pedida a opinião sobre o recente anúncio da disponibilização de 150 milhões de contos para eliminação das barracas.

Embora à primeira vista seja uma medida positiva, ela tem vários defeitos. Se não, vejamos:

— É uma medida tardia. Ela já fora anunciada na campanha eleitoral autárquica anterior.

— Volta a incidir uma mera política eleitoralista.

— Pareceu (e foi?) uma medida destinada a calar a dramática denúncia feita pelo sr. Presidente da República, na última Presidência Aberta.

Mas vão ser eliminadas as barracas existentes — são em Campolide cerca de 750. E as que aparecerão pelo caminho? E os cerca de 200 pátios e vilas com 1900 habitações tão ou mais carentes que as barracas? E os milhares de fogos altamente degradados que os senhores não querem ou não podem recuperar?

O problema da habitação é um problema nacional que não se resolve com a eliminação das barracas. Poderá efectivamente resolver o problema daqueles que tiveram a coragem ou a má sorte de ter de morar numa barraca para não viver sem tecto.

O problema é mais vasto. Hoje, também a chamada classe média se defronta com um problema insolúvel. Não morando em barraca, vê-se impossibilitada de morar em casa própria. Uma habitação de 10 000 contos (e onde as há?) cus-

ta-lhe no mínimo 120 contos por mês, e, dado que a taxa de esforço recomendada é de 25%, significa isso que necessitaria de um salário da ordem dos 400 contos mensais, o que neste país é, e será, uma miragem. Também não pode arrendar por falta de casas de arrendamento, e quando as há, custam, 100, 150 contos, por vezes com indemnização ou tendo de fazer obras. Os subsídios apregoados também não acompanham a real situação económica dos portugueses, nem a situação do mercado habitacional, com a agravante de serem abruptamente cancelados, quando um dos cônjuges perfaz os 30 anos.

Nós estamos decididamente pela eliminação das barracas. O que não acreditamos é na facilidade com que elas são eliminadas nos discursos demagógicos na televisão. Nem acreditamos que o problema da habitação seja resolvido sem uma política global e coerente, que crie condições objectivas à dinamização do mercado habitacional.

Já aqui tivemos oportunidade de referir o paradoxo existente: conforme referido no Encontro Nacional de Habitação, para realojar, não só as pessoas que vivem em barracas, mas também os que vivem em alojamentos degradados, em coabituação ou os sem abrigo, são necessárias pelos menos 500 000 casas. No entanto, os censos apontam para a existência de 400 000 casas vagas. Logo, a necessidade objectiva seria de apenas 100 000 casas.

Uma política habitacional credível terá de incidir em:

- alteração das leis autárquicas;
- regionalização;

— combate à especulação dos terrenos;

— melhoria das condições de acesso ao crédito;

— apoio ao movimento cooperativo;

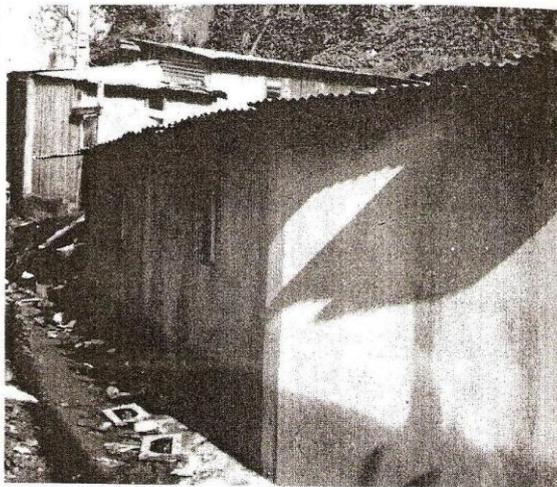
— reactivação do mercado de arrendamento, com eliminação dos interesses ou das barreiras que mantêm 400 000 casas vagas;

— condições para a recuperação de edifícios degradados.

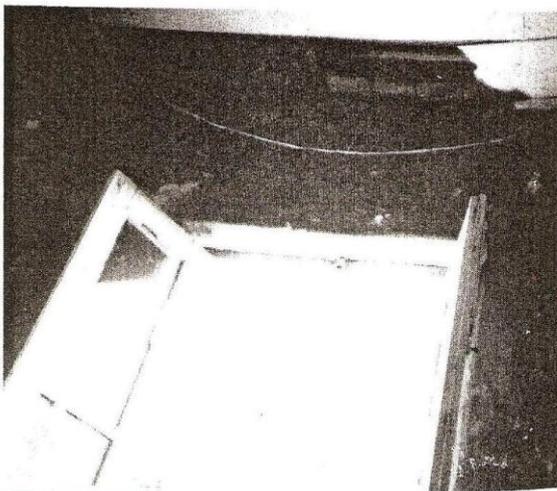
Só uma última nota. Se no tempo em que vivíamos num oásis e da democracia de sucesso não se eliminaram as barracas, como é que agora é possível fazê-lo, em que a crise envergonhadamente con-

fessada já chegou à porta de todos nós?

E quando já se diz que o problema das barracas só não se resolve se as câmaras não quiserem, iremos ver, no último trimestre deste ano, o desaforo com que alguns "senhores" vão culpabilizar as actuais câmaras.»



Dos bairros de barracas...



... às casas degradadas, a intervenção necessária

Anexo 9: Notícias de Campolide:

A eliminação das barracas ou a demagogia com roupagens sociais,

nº 26, pags. 2, Maio/Junho de 1993.

Câmara de Lisboa constrói habitação social em Campolide

A fim de realojar moradores afectados pela construção do Eixo Norte-Sul, que embora tenham sido já alojados noutras locais, mostraram desejo de regressar a Campolide, vai a Câmara Municipal de Lisboa mandar edificar vários conjuntos de habitações no Bairro da Liberdade.

Algumas destas habitações têm também por finalidade iniciar o processo de realojamento do P.E.R. – Plano de Erradicação de Barracas na freguesia.

As empreitadas são as seguintes:

BAIRRO DA LIBERDADE – QUINTA DA MINEIRA

Em 17/5/95, na 51.ª Reunião, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade a proposta do Vereador Vasco Franco, de autorizar a realização de Concurso Público para a empreitada 2015/95-DCH – Construção de casas no Vale de Alcântara – Bairro da Liberdade, com comércio e estacionamento – Lotes 1 a 13 = 104 fogos.

BAIRRO DA LIBERDADE – JUNTO À FUTURA ALAMEDA

Em 31/5/95, na 53.ª Reunião, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade a proposta do Vereador Vasco Franco de autorizar a realização do Concurso Público para a empreitada 912/95/DCH – Construção de casas no Vale de Alcântara – Bairro da Liberdade, com comércio e estacionamento – Lotes 1 a 15 = 126 fogos.

*António Henrique
(Vogal da Habitação)*

Anexo 10: Notícias de Campolide:

Câmara de Lisboa constrói habitação social em Campolide,

nº 35, pag. 5, Julho/ Agosto de 1995.

Informação sobre Bairro da Liberdade

Vários moradores se têm dirigido a esta Junta, dando conta de abertura de fendas nas suas habitações, eventualmente motivadas pelas obras em curso.

Desta situação alertámos a CML, solicitando uma análise cuidada, a fim de serem determinadas as causas destas anomalias, e a tomada de medidas que forem julgadas necessárias.

Da CML recebemos os seguintes esclarecimentos que aqui se reproduzem:

“Relativamente aos es-

clarecimentos solicitados por V. Ex.^a sobre a situação no Bairro da Liberdade cabe-me esclarecer o seguinte:

1 – Numa área limitada, a sul da escadaria que liga a Rua B à Rua A, acentuou-se com as últimas chuvas um deslizamento de terras que pôs em perigo algumas casas na Rua A. Tratando-se de um terreno particular mas admitindo-se que a Câmara possa ter alguma responsabilidade no ocorrido, devido às obras que tem em curso no local, foi decidido o se-

guinte:

1.1 – Solicitar ao LNEC um estudo da situação que estabelecesse a ordem de prioridade da actuação e uma metodologia de intervenção visando a estabilização da encosta;

1.2 – Solicitar ao Governo a declaração de utilidade pública para efeito de posse administrativa do terreno e edifícios por forma a poder a CML assumir directamente a solução do problema dos moradores (proposta hoje aprovada em Câmara);

1.3 – Proceder desde já

ao realojamento provisório dos moradores cujos edifícios oferecem risco grave, de acordo com a análise do LNEC (17 famílias em situação de risco A e 5 em risco B);

1.4. – Tais famílias devem continuar a pagar renda ao respectivo senhorio até os prédios virem à posse da Câmara, ficando, nesse período, dispensadas de pagar renda a esta Autarquia pelos fogos onde estão a ser realojadas.

2 – Numa outra área, a norte da escadaria, existe

risco por se ter verificado instabilidade da escarpa a tardoz dos edifícios com entrada pela Rua B. Tratando-se de terrenos particulares foram os proprietários intimados para procederem à estabilização da escarpa.

Os moradores dos edifícios situados por baixo da escarpa foram notificados para não utilizarem as casas até se realizar aquela obra, tendo a Câmara oferecido alojamento provisório em Centros de Emergência (o que, até agora, foi recusado).”

Anexo 11: Notícias de Campolide:

Informação sobre o bairro da Liberdade,

nº 40, pag. 15, Maio de 1997



Anexo 12: Notícias de Campolide:
Cooperativa do Bairro da Liberdade constrói 150 fogos,
nº 42, pag. 1, Dezembro de 1997.

8
A
palavra
do presidente

Carlos Alberto Rodrigues
dos Santos



Bairro da Liberdade

Não foi preciso o 25 de Abril para o Bairro da Liberdade ter o nome que tem. Talvez por isso, o Bairro esteja hoje um pouco esquecido. Mas nós não devemos deixar de reivindicar melhor qualidade de vida para quem nunca soube o que isso é.

Talvez haja muita gente interessada em que tudo continue assim. No entanto, hoje já começam por aparecer edifícios modernos com os requisitos indispensáveis para se viver com qualidade. Pena é que muitas pessoas, embora tenham boas casas na terra natal, preferam viver no Bairro da Liberdade em habitações inferiores àquelas.

Temos uma cooperativa que muito tem feito para que este estado de coisas se modifique e continue a crescer, como se vê junto à vila Ferro. Também a Câmara Municipal de Lisboa tem procurado dar resposta a estas preocupações. Na verdade, junto à entrada da rua B estão a construir-se habitações para realojar aqueles que, devido à obra do eixo norte-sul, tiveram de abandonar os seus lares.

Não podemos esquecer o grande desenvolvimento e a ajuda humanitária de solidariedade social prestada pela obra de sr. Padre Francisco Crespo, assim como a Educação Popular.

A nossa maior preocupação será o desenvolvimento do tráfico de droga, cada vez mais notado. Urge, pois, combatê-lo rápida e energeticamente.

A Câmara Municipal de Lisboa sabe que, através da lei n.º 1/87, de 6 de Janeiro, artigo 13.º, poderá obter subsídios e comparticipações na recuperação de áreas de construção clandestina ou de renovação urbana quando o seu peso relativo transcende a capacidade e a responsabilidade autárquica. E o Bairro da Liberdade é o caso.

Toda a zona da vila Amendoeira, vila Ferro, 2.ª e 3.ª ruas Particulares à vila Ferro, rua do Jacó, rua Samaritana, rua da Capela, rua do Cotovelo e rua Dr. Inácio Pardelhas Sanches são de construção clandestina.

Embora algumas casas tenham boas condições de habitabilidade, a verdade é que a maioria não possui a qualidade mínima. Esperamos que um plano de pormenor de urbanização esclareça e se desenvolva, já que o PDM consolida a urbanização no Bairro da Liberdade.

Anexo 13: Notícias de Campolide:

A palavra do Presidente: Bairro da Liberdade,

Ano 1, n.º 2, pag.1, Abril de 1998.

Centro Social dá resposta às carências

PARA a população do Bairro da Liberdade o Centro Social e Paroquial de S. Vicente de Paulo é a sua segunda casa. Desde há 15 anos que o centro tem crescido aos poucos. Hoje já possui creche, jardim de infância, ATL, escuteiros, lar de idosos, centro de dia, etc. Em breve será inaugurada a nova igreja, e o desdobramento do Centro de Saúde de Sete Rios é o actual projecto social.

À frente desta obra exemplar está um homem dinâmico que quer sempre fazer mais e melhor pelo Bairro, o padre Francisco Crespo.

Notícias de Campolide – Como caracteriza o Bairro da Liberdade e os seus problemas ?

Padre Crespo – O Bairro da Liberdade é um bairro que já tem muitos anos. Penso que no início era constituído por trabalhadores do Aqueduto das

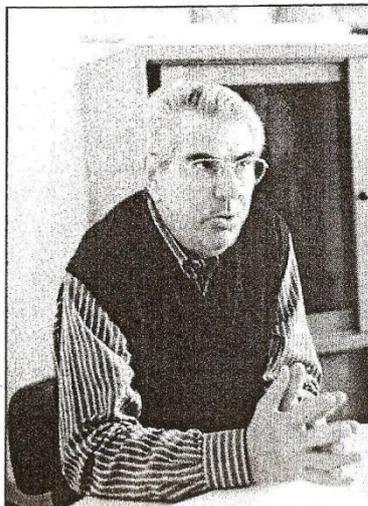
Águas Livres, que tinham liberdade para construir aqui as suas habitações. As famílias desses trabalhadores, oriundos de várias zonas do país, desde o Norte, Beiras até ao Alentejo, acabaram por construir a sua própria casa, e daí surge um bairro clandestino

que ainda hoje é considerado como tal.

Estamos, actualmente, a trabalhar junto da Câmara Municipal de Lisboa para reconverter esta situação e fazer com que os senhorios, uma vez que já passou tanto tempo desde que eles têm aqui as suas habitações, possam ter a sua própria casa e terreno. Este bairro foi construído sem o mínimo de condições habitacionais. Há muitas casas que estão degradadas e esta situação tem que se reconverter o mais rapidamente possível.

Infelizmente, o plano PER e o plano do realojamento não incluem este tipo de bairros. O realojamento do PER só inclui as pessoas que vivem em barracas, segundo dizem os responsáveis da câmara e do ministério da habitação, e estas casas não são consideradas como tal. O que para nós é muito pior.

Estive a trabalhar na Quinta da Bela Flor desde o abastecimento de água, luz, passando pelos arrua-



Padre Crespo: "Este bairro foi construído sem o mínimo de condições habitacionais, há que o reconverter o mais rapidamente possível"

mentos até ao realojamento da população. Neste momento está lá uma cooperativa que já teve duas ou três fases. As pessoas viviam em barracas, mas em melhores condições do que muitas famílias que moram neste tipo de casas abarracadas, no

ver esta situação porque a habitação é a condição fundamental para a promoção do ser humano. Quando vim para aqui trabalhar senti uma grande necessidade de promover as pessoas, desde a criança, ao deficiente, ao idoso, ao jovem, ao adolescente. É por

de promoção humana das pessoas. Esta formação demora muito tempo e é preciso gerações e gerações para que se torne real.

Em segundo lugar é necessário fazer com que a população permaneça mais tempo aqui no Bairro. Um jovem que deseja casar muda de sítio, às vezes para fora de Lisboa, visto que aqui não tem condições habitacionais. Mas depois não encontra respostas a nível do equipamento social. Por outro lado, quando as casas ficam devolutas, há uma família que vem para cá com o nível social pior e que traz uma série de problemas. Estamos sempre a reiniciar o nosso trabalho da estaca zero.

– Apesar destas casas não terem licença de habitação, o plano director consolidou a parte urbana. Os senhorios podem fazer novos projectos e modificar todo o Bairro da Liberdade, porque as casas são clandestinas, mas o terreno não. Acha que isso é possível?

– Seria bom que esse projecto fosse avançar e que

Anexo 14.: Notícias de Campolide:

Centro Social dá respostas às carências,

Ano 1, nº2, pags.3, , Abril de 1998.

Urbanização, habitação e iluminação pública

*Pelouro da urbanização, habitação António Henrique
e iluminação pública*

Relativamente às obras de urbanização na freguesia a situação é a seguinte:

- Pátio Estêvão Pinto: estão em curso os realojamentos por parte da CML, a fim de ser dado seguimento à construção prevista (habitação e piscina).

- Calçada da Quintinha: estão em execução as obras de construção de blocos habitacionais a partir do Aqueduto e até ao fim da encosta.

- Bairro da Liberdade: estão em execução os blocos municipais, junto à Alameda (15 lotes num total de 126 fogos) destinados aos desalojados do Eixo Norte Sul e que manifestaram interesse em voltar para Campolide.

A execução dos blocos na Quinta da Mineira está suspensa, em virtude do deslizamento de terras verificado, aguardando-se o resultado dos estudos em curso.

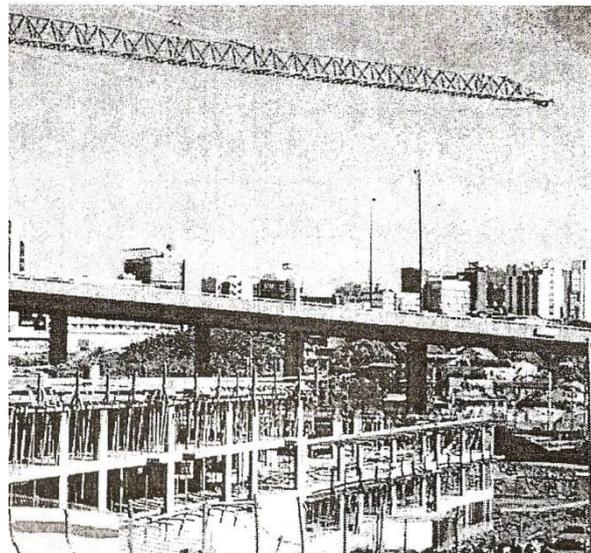
- Eixo Viário Norte Sul: foi em 29 de Agosto inaugurado o troço final, entre Sete Rios e a Ponte, pelo presidente da CML, João Soares, com a presença de elementos do executivo da Junta de Freguesia.

- Eixo Ferroviário: encontra-se em execução a linha de ligação de Campolide à ponte 25 de Abril.

Anexo 15.: Notícias de Campolide:

Urbanização, habitação, e iluminação pública,

Ano 1, nº2, pags.3, , Abril de 1998.



NA TRANSIÇÃO DO SÉCULO, Campolide está a mexer. Depois das grandes intervenções urbanísticas particulares (Nova Campolide e Encosta de Campolide), Cooperativas (Bairro da Liberdade) vão agora surgir também municipais.

No Bairro da Liberdade estão já em fase de acabamento os blocos destinados aos desalojados pelo Eixo Rodoviário Norte-Sul (e que pretendem regressar ao bairro) e ao PER.

No Bairro da Serafina, no antigo campo de jogos irão surgir oito blocos para o PER.

Na quinta José Pinto e Tarujo vão também ser construídos vários blocos para o PER e EPUL-JOVEM.

Na Quinta da Bela Flor também serão construídos vários blocos para o PER.

Embora tenhamos ainda o grave problema do Bairro



da Liberdade / Vila ferro para resolver, estas grandes intervenções vão já mudar em muito o rosto de Cam-

polide. Onde proliferavam as barracas, as lixeiras, os esgotos a céu aberto, vão surgir habitações condignas

que dignificam particularmente os seus moradores e a freguesia em geral.

Devemos todos sentir

orgulho em ser protagonistas desta mudança. Mudança profunda de elevado sentido humano e de justiça,

que é o de ter um tecto onde dê gosto viver, cumprindo-se assim, um dos direitos mais importantes consignados na Constituição da República e na doutrina social contemporânea.

E, para que possamos esquecer as palavras certas e precisas (no início deste século) do escritor e Ministro Republicano Guerra Junqueiro, que clamava: Vivem quadrúpedes em estrebarias de mármore, enquanto agonizam párias em alfurjas infectas, ruídos de vermes.

*Vogal de Habitação
António Henrique*

Anexo 16.: Notícias de Campolide:

Na senda do progresso,

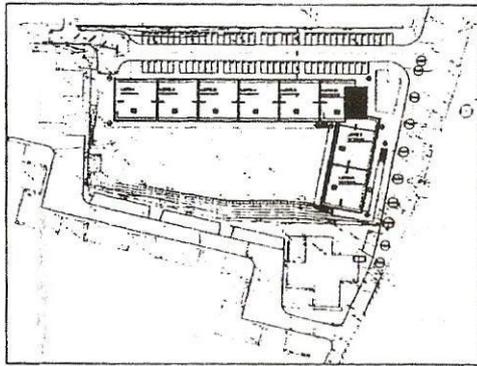
Ano 1, nº 5 pag.7, Janeiro/ Março de 1999.

Bairro da Liberdade

Na impossibilidade de se construir na zona da Quinta da Mineira, junto às Escadinhas da Liberdade, por se tratar de uma área de aterros do Aqueduto das Águas Livres e não oferecer condições de segurança, este local está a ser objecto de estudos com vista à implantação de zonas desportivas e ajardinadas.

A construção de habitações será feita no antigo campo de jogos, junto à Igreja Paroquial de S. Vicente de Paulo, enquadrando-se assim na nova urbanização da Cooperativa.

Está prevista a construção de oito lotes, com um máximo de cinco pisos, havendo espaços comerciais (caves) e 64 fogos para habitação (r/c, 1.º, 2.º e 3.º andares).



Entre estes lotes e o muro do Centro Social e Paroquial haverá um arruamento com cerca de sete dezenas de lugares para estacionamento.

Estas construções destinam-se ao realojamento de moradores já recenseados no PER (Plano Especial de Realojamento) programa subscrito pela Câmara Municipal de Lisboa.

Vogal de Habitação: António Henrique

Anexo 17.: Notícias de Campolide:

Bairro da Liberdade,

Ano 1, nº 5 pag.7, Janeiro/ Março de 1999.

Relatório e Contas do ano 2000 Pelouros de Urbanismo, Habitação, Iluminação Pública e Abastecimento Público (Água)

Urbanismo

PER – Plano Especial de Realojamento

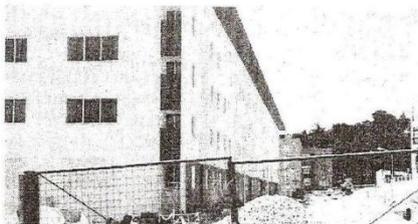
Foram concluídos e estão já habitados os fogos contruídos ao abrigo do plano PER, na rua B do Bairro da Liberdade.

Os fogos do Bairro da Serafina encontram-se em fase de conclusão.

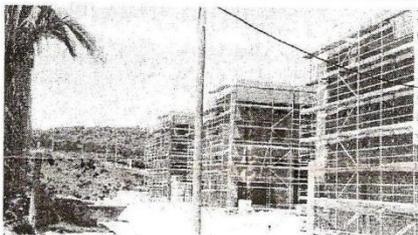
Os fogos da primeira fase da Quinta da Bela Flor encontram-se em fase de conclusão. Quanto à segunda fase, decorrem já as demolições e terraplanagens necessárias ao início da construção dos fogos e dos arruamentos.

Relativamente aos fornos da cal, foi solicitado aos pelouros da Cultura e Habitação e ao Planeamento Urbanístico da CML, a análise e estudo da sua eventual preservação.

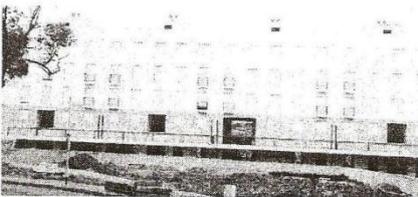
A Junta de Freguesia acompanhou as técnicas da CML, que fizeram o levantamento e análise desta área. Deu também indicações e sugestões para o enquadramento paisagístico daqueles fornos.



PER – Bairro da Serafina



PER – Bairro da Bela Flor (1.ª fase)



Anexo 18: Notícias de Campolide:

Relatório e Contas do ano 2000, Pelouros de Urbanismo, Habitação, Iluminação

Pública e Abastecimento Público (PER),

Ano 3, nº 14, pag.5, Abril/ Junho de 2001.

Bairro da Liberdade

Não tendo sido incluído no Plano PER, conforme por nós oportunamente solicitado, dado que as suas características não se enquadravam totalmente no espírito daquele plano, temos vindo a insistir na necessidade da sua reconversão. Estivemos numa primeira Comissão de acompanhamento, estudo e caracterização do Bairro, donde saiu um plano genérico de reconversão daquela zona. Dada a grande diversidade de construções, muitas das quais sem área para poderem ser reconvertidas, a existência de muitos senhorios, que não é possível aglutinar em projectos comuns, torna-se necessário ser a Câmara Municipal a tomar a iniciativa e promover a preparação de um programa de intervenção. E isso só agora é possível dada a próxima finalização do plano PER, em que a Câmara esteve particularmente empenhada ao longo da última década.

O bairro da Serafina, iniciado nos anos 30, e embora com melhores características, tem também algumas deficiências estruturais que importa corrigir, definindo medidas reguladoras das intervenções.

Assim, vai ser elaborado um Plano de Pormenor para o qual foram já aprovadas três propostas da Sr.^a Vereadora Margarida Magalhães e do Sr. Vereador Fontão de Carvalho que seguidamente se apresentam.

António Henrique (Vogal de Habitação)

Elaboração do Plano de Pormenor para os Bairros da Serafina e da Liberdade

Considerando que:

– O Bairro da Liberdade é um conjunto urbano de origem irregular, se não de génese ilegal, constituído em grande parte por edifícios degradados que não oferecem condições mínimas de habitabilidade, para o qual se torna necessário definir medidas que permitam a sua reabilitação/reconversão;

– Foi efectuado, por Comissão nomeada para o efeito, um diagnóstico da situação deste Bairro, que aponta soluções possíveis para a sua reabilitação/reconversão, a que se torna necessário dar continuidade;

– O Bairro Social da Serafina, que lhe está contíguo, apresenta algum grau de degradação, sendo conveniente a definição de medidas reguladoras, que enquadrem as intervenções a realizar;

– As medidas a tomar para ambos os Bairros, para possuírem eficácia legal, devem ser suportadas por um Instrumento de Planeamento e Gestão adequado;

– Dada a contiguidade entre estes dois Bairros, torna-se conveniente que fiquem subordinados a um mesmo instrumento de gestão e planeamento urbano, de forma a assegurar a correcta articulação entre si, nomeadamente para efeito de concepção do sistema viário e da programação das redes de equipamento e espaços de utilização colectiva.

Tenho a honra de propor que:

1 – Em conformidade com o disposto no artigo 74.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, seja elaborado um Plano de Pormenor para a Área dos Bairros da Serafina e da Liberdade, observando o programa definido nos Termos de Referência, que se submetem à aprovação da Câmara Municipal de Lisboa;

2 – Que seja solicitada à DRAOT (Direcção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo) a nomeação da Comissão para o acompanhamento da elaboração do mesmo Plano, conforme artigo 75.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro;

3 – Seja promovido, por um período de 30 dias úteis, o procedimento previsto no artigo 77.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, visando a formulação de sugestões, bem como a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento da elaboração do Plano.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 280/CM/2001 (Proposta n.º 280/2001) - Subscrita pela Vereadora Margarida Magalhães.

Declaração do Bairro da Liberdade como Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

Considerando que na área da Freguesia de Campolide delimitada na planta em anexo, se situa o Bairro da Liberdade, que constitui um conjunto urbano degradado e carenciado, dominado pela construção ilegal;

Considerando que foi realizado, por Comissão nomeada para o efeito, uma avaliação da situação, contendo propostas que se torna necessário dar seguimento, através da realização duma operação de reabilitação/reconversão deste Bairro;

Considerando que esta operação vai exigir capacidade de controle e intervenção por parte do Município através de providências expeditas;

Considerando que a Câmara Municipal, irá tomar a iniciativa de promover a preparação de um programa de intervenção supor-

tado por um Plano de Pormenor, cujos Termos de Referência justificam a necessidade de se declarar o Bairro da Liberdade com Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: – Solicitar ao Governo a declaração de Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística para a zona delimitada na planta em anexo nos termos dos artigos 41.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 281/CM/2001 (Proposta n.º 281/2001) - Subscrita pela Vereadora Margarida Magalhães.

Integração de terrenos do Bairro da Liberdade no Parque Florestal de Monsanto

Considerando que se iniciou o processo de realojamento dos moradores de habitações clandestinas e degradadas situadas no Bairro da Liberdade, nas áreas designadas por Vila Amendoeira e Vila Ferro, que desse modo ficarão parcialmente devolutas e prontas para demolição;

Considerando que a área ocupada por estas edificações é contígua ao Parque Florestal de Monsanto e é constituída por terrenos em encosta, com más condições para a construção;

Considerando que o relatório produzido pela Comissão nomeada pelo Despacho n.º 79/P/97, para avaliação do Bairro da Liberdade, identifica, na Planta 4, esta área (Unidade de Intervenção 4) como "Vila Ferro – a demolir e integrar no Parque de Monsanto";

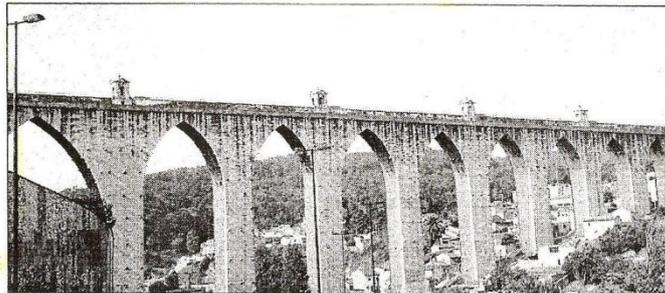
Considerando que os terrenos que integram esta área são de propriedade privada.

Tenho a honra de propor que:

– A Câmara Municipal encete as necessárias diligências para a aquisição das parcelas constantes na área delimitada na Planta anexa, para efeito de integração no Perímetro do Parque Florestal de Monsanto.

(Aprovada por unanimidade.)

- Deliberação n.º 285/CM/2001 (Proposta n.º 285/2001) - Subscrita pela Vereador Fontão de Carvalho.



Os Bairros da Liberdade e da Serafina serão recuperados graças à elaboração, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, de um Plano de Pormenor

Anexo 19: Notícias de Campolide:

Idem: *Bairro da Liberdade*,

Ano 3, n.º 15, pag.10, Julho/Setembro de 2001.

No corrente mandato, continuando desde a formação da coligação eleita para gerir a freguesia e a cidade, demos seguimento ao programa eleitoral apresentado e safragado para o quadriénio 1998-2001, que apresentamos resumidamente, em jeito de balanço, para que os moradores fiquem com uma noção mais exacta dos trabalhos desenvolvidos e realizados nestes anos. Programa que foi integralmente cumprido, e mesmo ultrapassado em muitos casos, mercê de um empenhamento e disponibilidade manifestadas, quase sempre com prejuízo do descanso de muitas noites e fins de semana. Mas, pelas melhorias conseguidas, valeu a pena.

Bela Flor - No lugar onde existiam as barracas foi construída habitação condigna



A erradicação de barracas

As três áreas de barracas existentes na freguesia foram já na quase totalidade desmanteladas e os seus moradores condignamente realojados em habitações construídas para o efeito, ao abrigo dos programas PIMP e PER, e

sempre que possível próximo dos locais onde as pessoas viviam.

A erradicação das barracas teve por base uma parceria entre a Câmara Municipal, o Governo e o INH, tendo sido construídos dois núcleos no Bairro da Liberdade e estando em construção cinco núcleos na Bela Flor/Cascalheira.

Para além da demolição das barracas, procede-se à requalificação urbana dos terrenos onde estavam implantadas (Quinta José Pinto e Bela Flor), em tempo recorde,

e tendo por objectivo o realojamento humanizado e de integração social e familiar, nunca antes realizado.

É um feito sem precedentes, pois trata-se da maior intervenção urbanística municipal na freguesia.

O número de famílias realojado foi:

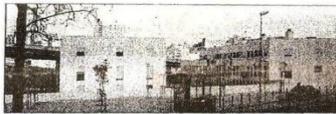
Bairro da Liberdade (área do eixo Norte-Sul) 690	
Quinta José Pinto	454
Quinta da Bela Flor	297
Total	1441

Recuperação e reconversão dos Bairros da Liberdade e Serafina

Em seguimento de pedido da Junta de Freguesia e tendo por base um estudo efectuado por uma comissão da Junta com moradores do bairro, a CML decidiu aprovar e avançar com um plano de pormenor para os bairros da Liberdade e Serafina, com vista à sua recuperação e requalificação.

Para além disso, prevê-se a total demolição das Vilas Ferro e da Amendoeira, e a sua integração no Parque Florestal do Monsanto.

Procedeu-se à discussão pública, tendo-se pronunciado muitos moradores, quer verbalmente, quer por escrito, ten-



Bairro da Liberdade - Construções PER 1 e PER 2

do ainda sido ouvidos em reuniões realizadas para o efeito.

Está também constituída uma Comissão de acompanhamento.

Anexo 20: Notícias de Campolide:
Actividades desenvolvidas no mandato,
 pag.13, Outubro/Dezembro de 2001.

Bairro da Liberdade acolhe associações

Algumas lojas do Bairro da Liberdade foram entregues a várias associações, e a Associação de Profissionais de Educação de Infância foi uma das contempladas na atribuição de um espaço próprio para desenvolver as suas actividades. Bibiana Magalhães, responsável daquela associação, falou-nos da importância de ter uma casa própria: “Este é um espaço de trabalho da Associação de Profissionais de Educação de Infância e está a funcionar há cerca de um ano. Como associação estabelecemos um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa que nos disponibilizou um espaço. A Associação investiu no recheio e manutenção e conservação do espaço para as nossas exigências a nível profissional. Acabámos por ter um espaço de trabalho onde estão a funcionar o centro de informação, organizamos encontros regionais e nacionais. Ainda temos outro espaço que servirá para ser um centro de comunicação e formação.”

Trata-se de uma associação sem fins reivindicativos ou sindicais e presta-se essencialmente ao carácter formativo e informativo de profissionais ligados à educação de infância. “Há questões relacionadas com

creches, jardins de infância e no apoio à família e no fundo informamos os nossos associados das alterações que vão ocorrendo. Criar momentos para reflectir e debater a qualidade nas instituições”, é o objectivo da associação, aponta Bibiana Magalhães.

Estão também ali sediadas a Sociedade Portuguesa de Educação Física, a Associação Nacional de Geografia, a Associação Nacional de Professores de Português, a Fundação da Criança, o Jardim de Infância de Santo António de Campolide, a Associação de Prevenção de Toxicodependência e a uma associação de ex-combatentes do ultramar. Brevemente a Associação de Doentes de Alzheimer também irá ter ali uma sede.

Até agora os moradores do Bairro da Liberdade têm sido uma boa vizinhança, assegura Bibiana Magalhães, “ao contrário daquilo que inicialmente poderíamos pensar. Acabamos é por estar um pouco isolados por ser um local de passagem e ter pouca mobilidade social. Mas com a vinda de outras associações e com mais investimento por parte da Câmara, possivelmente daqui a uns anos este poderá ser um espaço de maior dinamismo.”

Anexo 21: Notícias de Campolide:

Bairro da Liberdade Acolhe Associações,

pag.16 ,Janeiro/Março2002

Bairro da Liberdade em risco de derrocada

Os moradores do Bairro da Liberdade, em Campolide, temem o desabamento total da encosta onde vivem.

Aquele bairro de casas clandestinas, onde vivem cerca de 20 mil pessoas, está em risco de derrocada iminente.

A Câmara Municipal de Lisboa já prometeu os necessários realojamentos não definindo, no entanto, nem datas nem locais.



O Bairro da Liberdade, em Campolide, está em risco de derrocada e milhares de habitantes estão preocupados

Anexo 22: Notícias de Campolide:

Bairro da Liberdade em risco de derrocada,

pag.7, Dezembro 2003

Eram 6.30 horas do dia 25 de Novembro quando o asfalto da Calçada da Estação dos comboios de Campolide cedeu, abrindo uma cratera com cerca de 40 metros de diâmetro e 20 de profundidade. A terra tremeu, abriu e literalmente engoliu o veículo pesado dos Transportes Sul do Tejo. Sem explicação, o solo abateu com estrondo e o controlador de tráfego da Carris que estava no local só teve tempo de saltar para o lado e pôr-se a salvo. Felizmente, dentro do autocarro não havia nem passageiros, nem motorista.

Autocarro “engolido” por cratera



FOTO: ANTONIO CORREIA

O buraco ficou a dever-se à erosão do solo, provocado pelo rompimento do cais de Alcântara, um colector de grandes dimensões que há 60 anos traz as águas pluviais e residuais desde a Amadora até ao Tejo

Anexo 23: Notícias de Campolide:

Autocarro “engolido” por cratera,

pag.6, Dezembro 2003

Santana Lopes garante realojamentos no Bairro da Liberdade até fim do ano

O presidente da Câmara de Lisboa garantiu que até ao final do ano serão realojados os moradores dos pátios na encosta do Bairro da Liberdade, em Campolide, onde as casas apresentam perigo de derrocada.

“Até ao final do ano sairão as pessoas dos pátios que estão na encosta e depois, ao longo do ano que vem, até ao Verão, sairão as outras”, afirmou Pedro Santana Lopes, referindo-se ao bairro com cerca de 7 mil habitantes, próximo do local onde

um aluimento de terras “engoliu” um autocarro.

Santana Lopes afirmou que ainda não existe um local definido para o realojamento dos moradores deste bairro, explicando que a Câmara está a comprar, a arrendar e a reabilitar casas na zona de Lisboa “para não estar a construir novos fogos”.

Os moradores da Vila Ferro, um núcleo de habitação degradada na encosta de Campolide, temem que as chuvas agravem as más condições em que vivem.



Campolide Outubro - Novembro - Dezembro - 2003

Anexo 24: Notícias de Campolide:

Santana Lopes garante realojamentos no Bairro da Liberdade até ao fim do ano,

pag.7, Dezembro 2003

Bairro da Liberdade

O último relatório do LNEC refere que as leituras registadas no terreno indicam deslocamentos que podem comprometer as condições de segurança da encosta e dos moradores. Mas os trabalhos só poderão começar com a saída das pessoas ali residentes. Tendo a Câmara determinado o imediato desalojamento, com realojamento provisório em diversos locais da cidade.

Moradores descontentes

Moradores do Bairro da Liberdade intimados a deixar as suas casas no prazo de 15 dias, estão indignados com esta atitude da Câmara Municipal de Lisboa.

Residentes no local há muitos anos, e alguns ali nascidos e criados, não aceitam ser assim tratados.

São 187 famílias, muitas das quais pretendem ficar no local, e outras que mesmo aceitando ir para outro lado, não encontram casas em condições. Muitos deles são idosos, têm acompanhamento do Centro Social e Paroquial, o que não terão noutros locais. Argumentam também, que sendo a situação da escarpa conhecida da Câmara há cerca de dois anos, só agora, após a queda do autocarro no caneiro, a Câmara tenha acordado para o problema. Acresce que há também algumas dezenas de comerciantes que ficarão em grave situação económica com a redução da clientela.

Acompanhados pelo vogal da Junta, representantes dos moradores estiveram na reunião pública da Câmara, questionando-a e mostrando o seu profundo desagrado pela condução deste processo, tendo o Presidente da Câmara afirmado que em caso de hesitação dos moradores, a Sra. Vereadora pode pedir a intervenção das forças de segurança.

Entretanto, foi já aprovada a empreitada de contenção encosta do Bairro da Liberdade à empresa Mota-Engil, por 1, 7 milhões de euros, com um prazo de execução de 34 semanas.

Vereadores da oposição manifestaram-se contra esta posição da Câmara, tendo o Vereador Vasco Franco referido que se o presidente não tivesse mandado demolir três lotes PER da Bela Flor e mais outros fogos de lotes, estaria um terço do problema resolvido. A vereadora Margarida Magalhães questionou também a Câmara sobre o plano de recuperação do Bairro da Liberdade. Na Assembleia Municipal, também os deputados municipais se manifestaram contra esta abrupta imposição da Câmara e a falta de diálogo para com os moradores.

O vogal - *António Henrique*

O vogal - *António Henrique*

Moradores em "luta" por novas casas

Moradores da Vila Ferro protestaram energeticamente contra a decisão da Câmara Municipal de Lisboa de adiar mais uma vez o seu realojamento, ao não lhes atribuir casas que lhes estavam destinadas nos blocos PER da Quinta da Bela Flor. São cerca de 70 famílias e seis comerciantes que ficam assim, praticamente, isolados naquele recanto do Bairro da Liberdade. O Vogal da Junta de Freguesia, António Henrique, e o Deputado Miguel Coelho, estiveram no local a inteirar-se da situação a fim de a mesma ser apresentada e debatida na sessão da Assembleia Municipal questionando a Câmara sobre esta polémica decisão.

O vogal - *António Henrique*

Anexo 25: Notícias de Campolide:

Bairro da Liberdade,

pag.10, Dezembro 2003

187 famílias vão abandonar as suas casas

Bairro começa a ficar deserto

Alguns moradores da encosta do Bairro da Liberdade, em risco de derrocada, já começaram a abandonar as suas casas, para serem realojados em habitações cedidas pela Câmara de Lisboa, em vários locais da cidade. No total são 187 famílias que terão de sair de casa devido ao agravamento das condições de estabilidade do talude da encosta, que pode ceder a qualquer momento. A mudança não está a ser fácil, alguns moradores resistem e não querem abandonar os seus lares, no entanto, Santana Lopes, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, já deu a garantia de que esta é uma situação provisória e que o início das obras de contenção da encosta está para breve.

Campolide



A tristeza de abandonar o lar é visível no olhar melancólico dos moradores do Bairro da Liberdade

Anexo 26: Notícias de Campolide:

Bairro começa a ficar deserto,

pag12, Março 2004

Moção contra demolições

Os moradores do Bairro da Liberdade, cujas casas vão ser demolidas para estabilizar a encosta, aprovaram uma moção que repudia os contactos “intimidatórios” e “prepotentes” da Câmara de Lisboa com a população.

A moção foi aprovada por unanimidade numa reunião onde estiveram quase 400 pessoas, mais do que as 187 famílias que foram convidadas ao realojamento ou a uma indemnização para abandonar as suas casas, disse à Agência Lusa Fernando Rosa, um dos oito membros da Comissão de Moradores.

No documento, que será entregue pela Junta de Freguesia à Assembleia e Câmara Municipal, a população responsabiliza o actual executivo pela necessidade de demolição de algumas casas. Nomeadamente “por não ter em conta” o parecer elaborado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil em 2000, do qual resultou um estudo e posterior execução do projecto para a consolidação da encosta.

A Câmara é acusada de “inércia” e “irresponsabilidade”, ao “inviabilizar a continuação” desse plano de reconversão e ao não dar início aos trabalhos, nos últimos dois anos, o que teria permitido manter e recuperar algumas habitações.

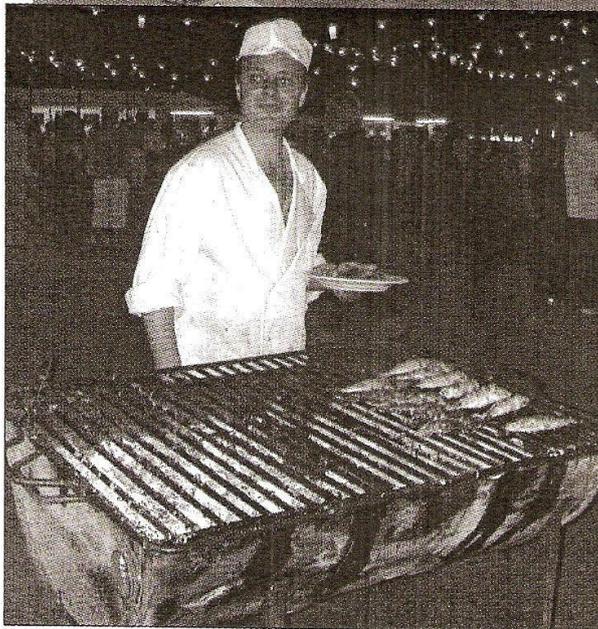
Anexo 27: Notícias de Campolide:

Idem: *Moção contra as demolições*,

pag.12, Março 2004

Dança e muita animação

O Bairro da Liberdade, junto à estação ferroviária, está em festa até ao dia 10 de Julho. O tradicional arraial organizado pelo Santana Futebol Clube não deixa ninguém indiferente e de novos a menos novos, todos dão um pézinho de dança para terminar a noite alfacinha em grande...



Bairro da Liberdade

Os comes e bebes não faltam na festa e as sardinhas, febras e entremeada são uma tentação

O recinto do arraial está iluminado quanto baste e decorado fazendo alusão aos Santos Populares de Lisboa. Campolide participa assim nas festas alfacinhas e no Bairro da Liberdade há animação para todos os gostos e idades. O arraial tem sido um sucesso e ponto de encontro para o convívio entre moradores. É assim todos os dias, desde 1 de Junho e até 10 de Julho.

No palco há sempre música e no recinto há sempre quem queira dar um pézinho de dança. Na pista um casal chamava a atenção, estavam divertidos com a música e na verdade não arredavam pé: Lina Neves e Francisco Neves não perdem os arraiais e confessam que são uns apaixonados por música e claro pela dança. "Vamos a todos os arraiais, porque adoramos dançar. Temos muita energia".

Todos os dias sobe ao palco um grupo musical diferente, sempre com música portuguesa. No dia em que visitámos o arraial o grupo Irmãos de Ouro cantou e encantou os presentes, com música popular bem conhecida de todos.

O **Notícias de Campolide** esteve à conversa com a pequenada que se diverte a valer e a Solange Vanessa de 13 anos estava contente com a festa: "Costumo vir aos arraiais e gosto muito. Venho com alguns amigos e à noite é sempre divertido".

As tradicionais tasquinhas de comes e bebes não faltam. A sardinha assada, as febras, a entremeada, e os doces como farturas, pipocas e o algodão doce para adoçar a noite sabem bem depois de uma noite de dança. João Robalo vende farturas e é a primeira vez que está no arraial do Bairro da Liberdade. "O negócio está fraco, mas o ambiente é agradável e estou a gostar". Francisco Gamboa, da organização, está satisfeito com a festa e garante que nos fins-de-semana é que há mais pessoas: "Aos dias de semana é mais

fraco, mas temos sempre algumas pessoas. Os custos que temos são elevados, mas vale a pena ver estas pessoas juntas e a conviver". José Oliveira, presidente do Santana Futebol Clube, partilha da mesma opinião, "a oferta de música popular portuguesa tem ajudado à festa e apesar da quebra tem corrido muito bem". O único senão é mesmo o buraco que recentemente abriu no solo ali perto. Para este responsável "o mau cheiro que vem do buraco tem atrapalhado um bocado."

Se ainda não passou pelos arraiais de Campolide pode fazê-lo até ao dia 10 de Julho, aos dias de semana até às 24 horas e às sextas e sábados até às duas da manhã. Divirta-se e aproveite para dançar e conviver num espaço que convida à animação.

Anexo 28: Notícias de Campolide:

Idem: *Campolide em Festa*,

pag.7, Junho 2004

Moção (Aprovada por unanimidade)

Considerando as graves carências existentes no Bairro da Liberdade e Vila Ferro de infra-estruturas urbanísticas, de acessibilidades, de equipamentos sociais, educativos, desportivos e de lazer, de qualidade e salubridade na construção;

Considerando a deliberação tomada por unanimidade em reunião de Câmara de 27 de Junho de 2001 para a elaboração de um Plano de Pormenor para a Reabilitação dos Bairros da Liberdade e Serafina;

Considerando que apesar das sucessivas moções e propostas aprovadas em anteriores assembleias de freguesia para procurar resolver os problemas dos bairros da Liberdade, Serafina e Vila Ferro, não tem havido da parte do executivo municipal a devida atenção a esses problemas, os quais continuam por solucionar;

Considerando o crescente sentimento de marginalização dos moradores e a necessidade de reafirmar a sua confiança no Poder Local democrático;

A Assembleia de Freguesia de Campolide, em reunião extraordinária de 5/11/04, exige à Câmara Municipal de Lisboa uma intervenção urgente nos bairros da Liberdade, Serafina e Vila Ferro, nomeadamente:

1. Proceder à concretização do Plano de Pormenor da Área dos Bairros da Liberdade e Serafina, com demolição imediata das habitações desocupadas e degradadas.

2. Iniciar a construção da piscina municipal da freguesia de Campolide, prevista em vereações anteriores e prometi-

da publicamente pela actual vereação.

3. Executar as obras de beneficiação e arranjos envolventes da Escola n.º 96, cujo encerramento prejudica a população escolar do bairro.

4. Criação de uma carreira de transporte público que sirva a população do bairro para Sete Rios (Centro de Saúde) e Benfca.

5. Construção de uma passagem superior para peões na Avenida Calouste Gulbenkian, no troço entre a Calçada dos Mestres e os acessos à estação de caminhos de ferro de Campolide.

6. Início da construção do equipamento polidesportivo na zona do Lar D. Espie Miranda, conforme foi acordado pelo anterior executivo com o Sporting Clube da Liberdade.

7. Cedência de um espaço para a criação no Bairro da Liberdade de uma extensão da Junta de Freguesia de Campolide.

8. Criação de uma extensão dos serviços do Centro de Saúde que sirva a população do bairro.

9. Proceder com urgência às obras de consolidação da escarpa da encosta Norte, para evitar riscos de desabamento no próximo Inverno.

Que da decisão tomada nesta assembleia seja dado conhecimento às seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Lisboa
- Assembleia Municipal de Lisboa

Que esta moção seja publicada no próximo boletim da Junta de Freguesia de Campolide.

Lisboa, 5 de Novembro de 2004

Os Eleitos do P.C.P.

Anexo 29: Notícias de Campolide:

Moção, pag.2, Dezembro 2004



Bairro da Liberdade

Do Plano de Recuperação e Reabilitação dos Bairros da Liberdade e Serafina, nada se sabe.

O plano anteriormente elaborado sob a responsabilidade da Sra. Vereadora, Margarida Magalhães, com a colaboração da Junta de Freguesia, de moradores, de senhores e do Centro Social e Paroquial, foi deixado às urtigas.

Às tentativas de obtenção de informação, por parte da Junta de Freguesia, responde o silêncio da Câmara.

A vergonhosa lixeira das meias demolições na Travessa da Capela, apesar das muitas reclamações enviadas à CML, mantém-se inalterada há longos meses.

Os desalojados da Rua Inácio Pardelhas Sanchez, por motivo de obras na escarpa, e que são forçados a viver longe da freguesia, pagando à Câmara centenas de euros por cada casa alugada — há casos de 700 euros —

nada sabem do seu futuro. Voltarão para as antigas casas? Serão realojados? E quando terminarem os contratos das actuais casas alugadas? Vão para a rua?

Os comerciantes, agora sem fregueses, e também à beira da falência, sem respostas da CML, desesperam. Não têm meios para sobreviver, nem pagar a empregados nem à Previdência. Será para aumentar o desemprego?

A escarpa junto à Escola n.º 96 corre o perigo de desmoronar sobre a escola e sobre as casas da Travessa da Escola, arrastando também as que se situam no cimo da escarpa. Durante as últimas chuvadas, os Bombeiros retiraram de lá os moradores. É sinal de que algo está mal. Mas que faz a Câmara?

O Vogal de Habitação
António Henrique

Vila Ferro

Os moradores da Vila Ferro continuam em luta pela atribuição de casas que lhes estavam destinadas nos blocos PER da Bela Flor. *continua...*



PLANO DE ACTIVIDADES ACÇÕES MAIS RELEVANTES PARA 2005

No seguimento do Plano de Actividade Plurianual (2002/ 2005) oportunamente aprovado por esta A. F. e para além das acções nele indicadas, apresentam-se as Acções Mais Relevantes para o ano de 2005.

B.º DA LIBERDADE

Continuar a "pressionar" a CML para que dê seguimento ao Plano de Recuperação e Reversão dos Bairros da Liberdade e Serafina, que parecem estar adormecidos nas gavetas da CML, e o conseqüente realojamento dos moradores, em especial aqueles que se encontram em precárias condições de habitabilidade.

Acompanhamento da contenção da escarpa da Quinta da Mineira, e do "destino" que a CML pretenderá dar àquele local.

Insistência nos pedidos de contenção da escarpa junto à Escola n.º 96 (Escola dos Ferroviários), dado o agravar da situação, com perigo de desmoronamento das casas da Rua Inácio Pardelhas Sanchez e soterramento das da Travessa da Escola.

Anexo 30: Notícias de Campolide:

Bairro da Liberdade,

pag.5, Dezembro 2004

Requalificação e reconversão dos Bairros da Liberdade e Serafina

Face ao silêncio da Câmara Municipal sobre o Plano de Reabilitação dos Bairros da Liberdade e Serafina, a Junta questionou a Câmara sobre o mesmo.

A resposta não podia ser mais elucidativa.

A Câmara deixou adormecer o assunto.

E agora que o prazo do direito de preferência terminou, é que vai estudar a possibilidade de pedir a sua prorrogação por mais cinco anos.

Foram quatro anos perdidos.

O Vogal da Habitação
António Henrique

Transcrição dos ofícios da Câmara Municipal de Lisboa e da Junta de Freguesia de Campolide

Ofício da Junta enviado à vereadora Eduarda Napoleão no dia 28 de Junho de 2004

Assunto: *Requalificação e recuperação dos Bairros da Liberdade e Serafina*

Em Junho/03, recebemos o V. Ofício 0225/GVEN/03, sobre o Plano de Pormenor para a requalificação e reconversão dos Bairros da Liberdade e Serafina.

Em Abril/04, a Assembleia Municipal recusou uma proposta sobre o tema em assunto.

Considerando que em

Agosto/02, foi decretado o Bairro da Liberdade como área crítica, tendo a CML, pelo prazo de 3 anos (até Agosto/05) o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, de terrenos ou edifícios naquela área;

Considerando a situação extremamente grave em que se encontram centenas de famílias;

Pelo presente, solicitamos o favor de nos mandar informar, de qual a posição actual da CML sobre este assunto.

Agradecendo a V. resposta com a possível brevidade, apresentamos os melhores cumprimentos.

O Vogal da Habitação
António Henrique

O Presidente
Carlos Alberto Rodrigues dos Santos

Ofício da Câmara

Anexo 31: Notícias de Campolide:

Requalificação e reconversão dos Bairros da Liberdade e Serafina,

pag.5 Dezembro 2005

Lisboa doente e abandonada



Durante a década de 90 e até 2001, Campolide teve um surto de progresso. Foram eliminadas a quase totalidade das barracas, sendo os seus moradores realojados em novas construções, com a dignidade que qualquer ser humano merece.

António Henrique

Alguns tiveram de abandonar Campolide, com a promessa de regresso, logo que houvesse condições e se assim o desejassem. E muitos voltaram, porque aqui tinham as suas raízes.

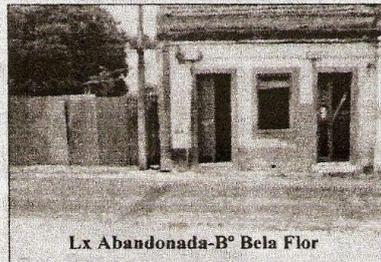
Projectava-se seguidamente uma revolução urbanística, com a reabilitação do parque habitacional, em especial a reconversão e reabilitação dos Bairros da Liberdade e Serafina, urbanização da Quinta José Pinto e Tarujo, bem como a continuação da construção da Bela Flor e zona da Cascalheira/ Calçada da Quintinha.

Mas foi um sonho. A inépcia, a incúria e indecisão da actual Câmara não permitiram a resolução de qualquer destes problemas.

É que não foram só quatro anos perdidos. São muitos mais. Havia ideias. Havia projectos. Agora terá de se recomeçar tudo de novo.

Esta falta de respeito pelos Campolidenses é imperdoável.

O Vogal da Habitação - António Henrique



Lx Abandonada-Bª Bela Flor



Lx Abandonada - Vª Ferro



Lx Abandonada-Columbano



Lx Abandonada - Tarujo



Lx Abandonada - Alto Campolide



Lx Abandonada-Encosta de Campolide

Anexo 31: Notícias de Campolide:

Lisboa doente e abandonada,

pag.5, Dezembro 2005.

Presidente da República visitou a freguesia no âmbito do “Roteiro para a Inclusão”

No dia 10 de Outubro, no âmbito da terceira jornada do “Roteiro para a Inclusão”, cujo tema foi “O Voluntariado e Exclusão Social em Meio Urbano”, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, visitou o Centro Paroquial e Social de São Vicente de Paulo – mais conhecida pela obra do Cônego Francisco Crespo –, uma das instituições de maior relevo na nossa freguesia, assim conhecida por ter sido este homem que, com uma fé inabalável e uma força determinante, conseguiu que o seu crescimento e grandeza fosse aquilo que é possível hoje admirar. No seu discurso, o Presidente da República realçou a necessidade de mostrar aos portugueses o que há de bom no país e deixar um pouco para segundo plano a mostra constante do que está

mal, pois há pessoas e obras que contrariam o negativismo que tal procedimento encerra e merecem ser referidos como exemplos a seguir por outros. A organização do Cônego Francisco Crespo é uma prova do que em Portugal se faz bem nas áreas da Assistência e Solidariedade Social, conforme se pode inferir das palavras do Chefe de Estado quando referiu que “não queremos que a Serafina seja esquecida. De harmonia com as informações que tenho sobre os problemas de recuperação do Bairro da Liberdade e da Serafina verifíco com agrado que, no meio deste bairro problemático, existe o Centro Social Paroquial de S. Vicente de Paulo, onde a população sabe que pode encontrar apoio”.



Anexo 32: Campolide Press:

Presidente da República visitou a freguesia no âmbito do “Roteiro para a Inclusão”

Pag.12, Outubro 2006



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido / Nome **Martins. João Carlos Figueira**
Morada Rua do Vigário, número1, 1ª Andar, 1100-614, Lisboa
Telemóvel: 96 310 72 21
Correio (s) electrónico (s) joao_81@yahoo.com.br , joaomartins.cf@gmail.com
Nacionalidade Portuguesa

Experiência profissional

Datas Desde Julho de 2007 até Março de 2009.
Função ou cargo ocupado **Administrativo**
Nome do empregador e tipo de empresa Totemic, Payplan, Financeira

Datas Desde Junho de 2004 até Junho de 2007
Função ou cargo ocupado **Técnico de Recursos Humanos em IPSS**
Nome do empregador e tipo de empresa Fundação da Criança, IPSS, Apoio a crianças e famílias. Ajuda ao desenvolvimento

Datas De Junho a Setembro de 2002
Função ou cargo ocupado **Inquiridor**
Principais actividades e responsabilidades Entrevista em inquérito fechado nos concelhos de Almada, Seixal e Barreiro sobre consumos culturais.
Nome do empregador e tipo de empresa UNIVA, Centro de Investigação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL

Formação académica e profissional	
Datas	De Setembro de 1999 a Junho de 2004
Designação da qualificação atribuída	Sociologia
Principais trabalhos desenvolvidos	<p>Seminário de investigação. Maio de 2004: “Pegar na vida pelas suas próprias mãos”. Trabalho na área da Sociologia Histórica e Urbana sobre as ocupações de casas no pós 25 de Abril, com especial incidência no Bairro 2 de Maio na cidade de Lisboa. Aliado a este caso específico fiz igualmente uma análise da política habitacional entre 1933 e 1974 e a dinâmica político institucional que circundava a transição democrática em Portugal.</p> <p>Setembro de 2003 Participação num estudo sobre a comunidade africana residente no Bairro do Alto da Cova da Moura, na Damaia, concelho da Amadora, em ligação com a Associação Moinho da Juventude, associação do bairro. Este estudo tinha uma forte incidência sobre a socialização de crianças com dupla identidade: nascidos em Portugal, com educação escolar portuguesa e ascendência africana.</p>
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
Nível segundo a classificação nacional ou internacional	14 valores
Datas	De Setembro de 2005 até ao presente momento (a terminar dissertação de Mestrado)
Designação da qualificação atribuída	Antropologia Urbana
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	<p>Maio de 2007 FICYURB- First International Conference of Young Urban Researchers- Participação em conferência com o Tema “Bairro da Liberdade: Habitação, Espaço e Visões sobre a cidade”</p>
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

Aptidões e competências pessoais

Língua materna

Português

Outras línguas
Auto-avaliação
Nível europeu ()*

Inglês

Francês

Espanhol

Compreensão		Conversaço		Escrita	
Compreensão oral		Leitura	Interacção oral	Produção oral	
Utilizador Experiente	Utilizador Experiente	Utilizador Experiente	Utilizador Experiente	Utilizador Experiente	Utilizador Independente
Utilizador Independente	Utilizador Independente	Utilizador Independente	Utilizador Independente	Utilizador Elementar	Utilizador Elementar
Utilizador Independente	Utilizador Independente	Utilizador Independente	Utilizador Independente	Utilizador Elementar	Utilizador Elementar

(*) *Nível do Quadro Europeu Comum de Referência (CECR)*